Janeiro/Fevereiro de 1985.

Editado pela Fundação Nacional próMemória
Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Ministério da Cultura
Rua Pacheco Leão, 2040 — Horto Florestal
Rio de Janeiro — RJ — 20.460

SPHAN 34

*pró*Memória

ISSN 0101 — 3467

Agências bancárias em prédios tombados







O termo de cooperação técnica que estabelecimentos bancários do país vêm firmando com a Secretaria da Cultura do MEC para a utilização de imóveis localizados em áreas de interesse cultural constitui-se em mais um esforço da SPHAN/prόMemória no sentido de ampliar a política de preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e, ao mesmo tempo, expressa uma conscientização — que vem se verificando em vários setores da vida nacional — de que a preservação desse Patrimônio é uma questão que não pode ficar restrita à atuação de uma única instituição. A própria Constituição prevê que a conservação do acervo cultural do país é responsabilidade de todo o cidadão.



Banco Itaú

Fotos Arquivo SPHAN — Brasília



Banco Itaú — Higienópolis (SP)

Dezenove instituições bancárias públicas e privadas de todo o país — entre elas, o Banco do Brasil — já firmaram com a Secretaria da Cultura do MEC, através da SPHAN/pró-Memória, termo de cooperação técnica visando à realização de estudos e troca de informações para a escolha de edificações onde funcionarão suas agências em locais de interesse histórico e artístico, nas diversas cidades do território nacional (SPHAN n.º 23, págs. 7, 8, 18 e n.º 25, pág. 24).

No momento, a SPHAN/pró-Memória agiliza junto às direções dos bancos que firmaram o acordo de cooperação o envio das relações de cidades onde pretendem instalar novas agências, às Diretorias Regionais do Patrimônio, para que estas, de posse das listas, possam indicar às representações dos bancos os locais que dispõem de acervo arquitetônico com valor histórico e artístico passível de ser adaptado para abrigar as agências. No entender dos técnicos da SPHAN/prόMemória envolvidos na implementação da cooperação, essa atuação conjunta é ideal, pois descentraliza e agiliza as tomadas de decisões.

As Diretorias Regionais da SPHAN/prόMemória já têm conhecimento de que o Banco do Brasil pretende, a longo prazo, instalar 1.250 novas agências em diversos pontos do país e, para isso, estão realizando levantamento dos locais de interesse cultural que futuramente poderão oferecer ao Banco alternativas em termos de imóveis para as instalações.

No caso do Banco do Brasil, os resultados do acordo começam a aparecer: a instituição, por indicação da SPHAN/prόMemória, adquiriu um sobrado em Taguatinga de Goiás, para nele instalar a sua agência naquela cidade do interior goiano. O imóvel, de significativo valor histórico-arquitetônico, foi indicado à direção do Banco após detalhadas vistorias e análises, que determinaram a viabilidade de sua restauração e adaptação para abrigar instalações necessárias ao funcionamento de um estabelecimento bancário. No momento, o projeto está sendo detalhado pelo Banco.

O Arquiteto José Roberto Bassul Campos, do Banco do Brasil, relata como o Banco decidiu adquirir o imóvel em Taguatinga de Goiás: "o técnico Marco Antônio Galvão, da SPHAN/prόMemória em Brasília, fazendo um cadastramento de prédios de interesse histórico-cultural da região, identificou o sobrado e, sabendo que o Banco do Brasil iria instalar uma agência na cidade, nos consultou e partimos para um primeiro estudo de viabilidade técnico-econômica de aproveitamento do edifício; fizemos um pequeno projeto, um estudo preliminar do que poderia ser o aproveitamento do prédio e, com base nesse estudo, esboçamos um orçamento, também com o auxílio da SPHAN/prόMemória, que nos forneceu os custos para obras dessa natureza, e os comparamos com os gastos que teríamos com a aquisição de um terreno e a construção de um prédio novo para abrigar a agência do Banco na cidade".

"Nesse caso" — prossegue — "houve a coincidência de vários fatores positivos, pois o prédio está exatamente no que chamamos de zona comercial bancária da cidade, localizada na praça central de Taguatinga de Goiás, onde inclusive o Bradesco tem a sua agência. Além desse fator, há o aspecto afetivo, porque o sobrado é

muito querido pela comunidade local, que o tem como uma espécie de ponto de encontro".

O imóvel encontra-se em precário estado de conservação, pois a sua proprietária, devido a dificuldades financeiras, não dispunha de recursos para mantê-lo. "Com o passar do tempo, o prédio foi se deteriorando, a platibanda caiu, mas conseguimos uma foto do imóvel original que vai nos auxiliar na recomposição da edificação. A SPHAN/próMemória adquiriu alguns móveis que restavam na casa, e a nossa idéia é aproveitá-los para ambientar o seu interior", completa José Roberto.

Cooperação

Outro resultado do acordo com o Banco do Brasil foi a participação de técnicos da SPHAN/próMemória em recente encontro de arquitetos e engenheiros do Banco, realizado em São Paulo. Na ocasião, os técnicos da SPHAN/ próMemória tiveram a oportunidade de expor detalhadamente os termos do acordo, ao mesmo tempo em que ressaltaram a sua importância para a preservação do patrimônio arquitetônico do país. A receptividade dos profissionais do Banco do Brasil, presentes ao encontro, foi a melhor possível, segundo os técnicos da SPHAN/ próMemória, que ficaram surpresos com o interesse dos arquitetos e engenheiros nas possibilidades futuras do acordo de cooperação técnica.

"Fizemos ver a eles que a questão da preservação do patrimônio cultural brasileiro não pode ser tratada apenas pela Secretaria da Cultura do MEC, através da SPHAN/próMemória, mas que deve contar com o envolvimento efetivo de outras instituições do país, entre as quais se situa o Banco do Brasil", diz a Arquiteta Briane Bicca, participante do encontro.

"Quando o Patrimônio começou a buscar um relacionamento mais estreito com os organismos que atuam nos núcleos históricos, nas cidades de interesse histórico, foi porque entendeu que era absolutamente impossível tratar essa questão sozinho. Em primeiro lugar, porque não se trata apenas de restauração; a restauração é só um aspecto extremamente limitado da política de preservação da cultura nacional. Quando a Prefeitura de uma cidade histórica instala uma rede de água que venha a prejudicar o calçamento, essa Prefeitura está atuando negativamente em relação à cultura nacional; se uma companhia de telefone ou de energia elétrica colocar um *paliteiro* de postes em uma cidade de interesse cultural, essa companhia estará prejudicando o patrimônio nacional; o mesmo ocorrerá se a Prefeitura asfaltar uma via com pavimentação antiga, se cortar as árvores, se alargar as ruas, se houver a demolição de um prédio para a construção de uma nova edificação que venha a ferir o conjunto arquitetônico da cidade".

Para os técnicos da SPHAN/ próMemória dois itens do termo de cooperação são mais importantes: o primeiro é a questão de a instituição participar, juntamente com o banco, da escolha do imóvel a ser restaurado e adaptado para abrigar a agência; o outro ponto refere-se ao apoio técnico da SPHAN/próMemória tanto na elaboração do projeto quanto no acompanhamento das obras.

Do ponto de vista dos técnicos da SPHAN/próMemória, o projeto a ser executado poderá ser simples ou mais detalhado, dependendo do imóvel escolhido, que pode ter maior ou menor valor documental. No entender de Briane Bicca, em muitos casos o projeto vai se resumir a uma simples reforma ou a uma redefinição interna de espaço, dispensando a restauração em si.

"Eu diria que em 90% dos casos serão projetos muito simples que não exigirão a aplicação de grandes somas por parte dos bancos. Financeiramente, tenho absoluta certeza de que para os bancos ficará mais barata, na maioria dos casos, a conservação de um prédio antigo do que a sua demolição para a construção de uma nova edificação", afirma a arquiteta, ressaltando, no entanto, que de maneira alguma o termo de cooperação obriga os bancos a instalar suas agências única e exclusivamente em prédios de caráter histórico nas cidades de interesse cultural. "A única regra fixada é de que no caso de prédios tombados, ou de conjuntos ou cidades tombados, os projetos têm que ser previamente aprovados pelo Patrimônio", completa.

"O acordo de cooperação é bastante claro e não deixa dúvidas em seus termos. Não faz sentido forçar o Banco do Brasil, por exemplo, a instalar agências em áreas que não lhe convém, ou melhor dizendo, obrigar o Banco a restaurar um prédio para instalar uma agência num local onde não há clientela para seus serviços. Se a clientela não está localizada no centro histórico de uma cidade, é lógico o Banco construir a sua agência fora do centro histórico, onde a sua clientela esteja. O termo de cooperação é extremamente flexível; ele foi redigido exatamente para atender a essas situações particulares".



Banco do Estado de Minas Gerais — Rio (RJ)

Responsabilidade

A participação da SPHAN/próMemória não se restringe à escolha do prédio, conforme diz a arquiteta. Segundo Briane Bicca, na medida em que a adequação de prédios antigos se mostrar inviável para o banco, a SPHAN/ próMemória tem interesse em apoiá-lo na escolha de um terreno vago, que poderá estar ou não localizado no centro histórico da cidade, e orientar a elaboração do projeto, para que a nova

construção tenha uma arquitetura condizente com a área em questão.

"Esse aspecto está implícito no termo de cooperação. No meu entender, a adequação de projetos de agências em locais de interesse histórico, que impliquem na construção de uma nova edificação, seria um subproduto do acordo da SPHAN/prόMemória com os bancos", ressalta.

Segundo a arquiteta, a maneira como os arquitetos e engenheiros dos bancos irão conduzir a instalação de uma agência em uma cidade de interesse histórico-cultural é de grande responsabilidade, pois poderá determinar "uma mudança em todo o tipo de expectativa estética da população local". E explica:

"Infelizmente, temos constatado, em nossas viagens pelo interior do país que, em muitos casos, a atividade bancária — talvez por estar municiada de recursos financeiros e, às vezes, por um descompromisso, por um desaviso dos arquitetos e engenheiros que vão projetar uma agência — *entra* numa cidade interiorana com um tipo de linguagem arquitetônica, de linguagem construtiva, que não corresponde à cultura local, autóctone, à cultura de séculos que vem germinando naquela localidade".

"Essa é uma questão extremamente séria" — prossegue — "pois, a partir do momento em que isso ocorre, a tendência é a cidade entrar num processo que, ao longo do tempo, vai acabar por descaracterizar a cultura local: a população, por força da presença do banco na cidade, fatalmente deixará de usar a sua técnica construtiva, de utilizar o adobe, de fazer uma construção condizente com a arquitetura local, para adotar como modelo a arquitetura refletida na agência, que para aquela comunidade passa a representar o símbolo de riqueza, de 'desenvolvimento' que chegou à cidade".

Com relação à inserção de arquitetura contemporânea em núcleos de interesse histórico, a arquiteta da SPHAN/prόMemória ressalta que a construção de uma agência bancária, como de resto de qualquer edificação para outros fins, em uma localidade com esse caráter, não pode se resumir a uma simples imitação da arquitetura local, pois, no seu entender, tanto quanto uma arquitetura descompromissada com as características do núcleo em questão, a cópia, entre outros aspectos, desvaloriza o conjunto onde se insere, pela mistura entre o autêntico e o forjado, impedindo a leitura temporal da evolução do espaço, na medida em que coloca em aparente pé de igualdade exemplares antigos e a imitação desses exemplares edificada recentemente (ver SPHAN n.º 14, págs. 11 e 12).



Banco Itaú — São Paulo (SP)

Relação dos bancos que firmaram, até o momento, termo de cooperação técnica com a SPHAN/prόMemória:

Banco do Brasil
Banco do Nordeste do Brasil
Banco Nacional do Norte
Banco Bamerindus do Brasil
Banco do Estado de Pernambuco
Banco de Crédito Real de Minas Gerais
Banco do Estado de Minas Gerais
Banco Itaú
Banco do Estado do Acre
Banco do Estado de Rondônia
Banco do Estado de Santa Catarina
Banco do Estado do Piauí
Banco do Estado do Ceará
Banco do Estado do Rio Grande do Norte
Banco do Estado do Rio de Janeiro
Banco do Estado do Maranhão
Banco do Estado do Paraná
Banco do Estado do Pará
Banco do Estado da Bahia



Banco Itaú — Belém (PA)


Caixa Económica Federal — São Luís (MA)


Caixa Económica Federal — Fortaleza (CE)

Janeiro/Fevereiro de 1985.

SPHAN 34

*pró*Memória

Rio de Janeiro
Paço de volta à cidade

O antigo Paço Imperial do Rio de Janeiro localizado na Praça XV de Novembro, será devolvido à cidade no próximo dia 6 de março, completamente restaurado, após dois anos de trabalhos que envolveram a participação de arquitetos, historiadores, engenheiros, arqueólogos, técnicos em administração, estudantes, mestre-de-obras e centenas de operários.

Um dos primeiros bens tombados pelo recém-criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1938, o Paço da Cidade já abrigou desde a sua construção, em meados do século XVIII, os armazéns, reais, a Casa da Moeda e o Palácio dos Governadores, já foi sede do Governo Português no Brasil, até o início das obras de restauração, ali funcionava o antigo Departamento dos Correios e Telégrafos.
Em março de 1982, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos transferiu a posse do prédio à Fundação Nacional próMemória. Desde então, uma equipe de técnicos da 6.ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória instalou-se no edifício e lá desenvolveu os estudos para a sua restauração e de seu entorno(SPHAN n.º 16, pág. 17; n.º 17, pág. 9; n.º 21, pág. 14; n.º 24, págs. 1, 2 e 3; n.º 26, pág. 19; n.º 27, pág. 9; n.º 28, pág. 7 e n.º 30, págs. 23, 24, 25 e 26).



Desenho de Theremin, 1818. O Paço, ao Tempo de D. João VI, se transforma em palácio barroco improvisado.



O Paço da Cidade em sua feição atual: restaurado e reaberto ao público.

A devolução à comunidade do Rio de Janeiro, do antigo Paço Imperial, no próximo dia 6 de março, é o resultado de dois anos de trabalhos, pesquisas, estudos e obras de restauração — que restituiram ao monumento sua dignidade arquitetônica perdida em sucessivas reformas e adaptações. Entre os dias 6 e 15 de março, através de eventos diários, pretende-se chamar a população para o prédio e a área onde ele se insere, a Praça XV de Novembro, de modo que o monumento seja efetivamente entregue à cidade.

O Paço restaurado abrigará um Centro Cultural — em seus pavimentos primeiro e segundo — onde a mais diversificada gama de atividades se desenvolverá, como exposições, recitais de música, seminários, projeções de filmes, encenações teatrais, venda de produtos culturais, além de mostras voltadas para o histórico do edifício e sua restauração e sobre os elementos descobertos nas pesquisas arqueológicas efetuadas por técnicos da SPHAN durante as obras: os vestígios do que fora a Casa da Moeda, ou seja, restos

dos fornos e da chaminé, cadinhos para a fundição e muitos pedaços de ossos e objetos. Essa pesquisa, realizada pelo Núcleo de Arqueologia da próMemória, está amplamente detalhada no Boletim SPHAN n.º 30, págs. 23 a 26.

Quanto ao segundo pavimento, lá já se encontra em funcionamento a sede da 6.ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória.

Histórico

Em 1700, o Governo do Rio de Janeiro adquire dos frades carmelitas, casas térreas "de pedra e cal", situadas no lugar onde se ergueria no futuro o Paço Imperial. Não se pode precisar quando essas casas, que eram pelo menos quatro, foram construídas, mas sabe-se que em 1619 já existiam. Em 1703, são instalados no local, em prédios contíguos, formando provavelmente um único corpo de proporções semelhantes ao que chegou até nós, os armazéns reais e a Casa da Moeda, que fundia o ouro proveniente de Minas Gerais.

Dez anos depois, tem-se o primeiro registro gráfico da construção, que aparece na planta da cidade desenhada pelo engenheiro militar francês João Massé. Pode-se ver, nesse documento, que os armazéns ocupavam a parte do prédio cuja fachada volta-se para a Baía de Guanabara. No lado oposto — fachada dando para a atual Rua 1.º de Março — funcionava a Casa da Moeda.

As obras que transformaram o prédio em Casa dos Governadores foram concluídas em 1743. O responsável pela reforma foi o engenheiro militar José Fernandes Alpoim. A convite do Governador Gomes Freire de Andrade, o Conde Bobadela, Alpoim projetou uma construção de dois pavimentos, com um corpo elevado de três andares, aproveitando possivelmente a estrutura murária já existente. Apesar da mudança, a Casa da Moeda continuou a funcionar no local.

Com a transferência da sede do Governo-Geral para o Rio, em 1763, o prédio é ampliado, pelo prolongamento do terceiro andar. De Casa dos Governadores passa, então, a Palácio dos Vice-Reis. Em 1808, com a vinda da Família Real de Lisboa para o Rio, causada pela invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas, se inicia uma nova fase de modificações no prédio, agora denominado Paço Real.

A Casa da Moeda é transferida para a Rua do Sacramento — atual Avenida Passos — em 1815, a Casa da Moeda é transferida para a Rua do Sacramento — atual Avenida Passos — em 1815, porém o Paço ainda é insuficiente para abrigar a Família Real. Dois anos mais tarde, por ordem de D. João VI, o corpo central do prédio, voltado para a baía, recebe mais um pavimento, com três janelas e sacada corrida, modificação testemunhada pelo desenho de Thomas Ender, feito na época da reforma.

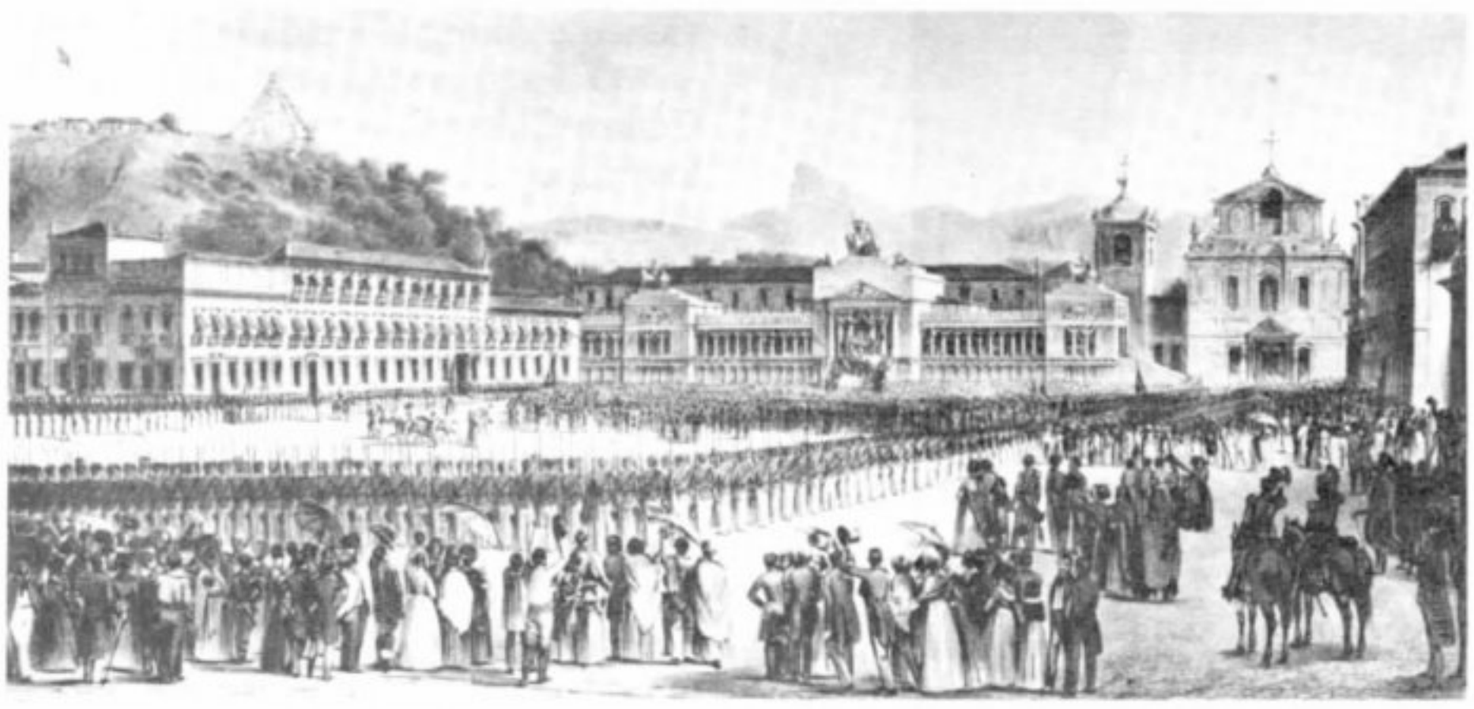
Desse mesmo ano — 1817 — data a feitura do único desenho que se conhece, mostrando a antiga Sala do Trono. Trata-se de uma caricatura, de autor ignorado, retratando a cerimônia do beija-mão: D. João VI aparece ladeado pela rainha Carlota Joaquina, pelo príncipe D. Pedro e pela infanta Dona Teresa.

Dia do Fico. A 9 de janeiro de 1822, D. Pedro, então príncipe regente, decide que permaneceria no Brasil, contrariando exigência das Cortes de Portugal. De uma das janelas do primeiro andar é ovacionado pelo povo. Com a declaração da Independência, a 7 de setembro do mesmo ano, D. Pedro I torna-se o primeiro imperador do Brasil. O Paço Real transforma-se, então, em Paço Imperial.

1825: da janela central da fachada voltada para a baía, D. Pedro I anuncia que Portugal, depois de longos trâmites diplomáticos, reconhecera finalmente, no dia 29 de agosto, a independência do Brasil.



Vista da Praça do Palácio do Rio de Janeiro, desenho de Jean Baptiste Debret, 1825.



Coroação e aclamaçao de D. Pedro II, em 18 de julho de 1841, desenho de Louis August Moreau e Abrahan-Louis Buvelot.

D. Pedro II é coroado em 1841. O desenho de Moreau e Buvelot, dessa data, mostra que a platibanda de gosto neoclássico, que ocultaria os beirais do prédio até o século XX, começa a ser construída. 1842 é a data provável em que foi feito o primeiro daguerreótipo — forma primitiva de fotografia — no Brasil, pelo abade Louis Compte, focalizando, justamente, o Paço Imperial, em frente ao qual se vêem a tropa formada e populares aguardando a chegada do Imperador.



Largo do Paço, na época já aterrado sucessivas vezes. Desenho de Buvelot e Moreau, 1842.



A Princesa Isabel, ao lado do Conde D'Eu, é aclamada pelo povo após a assinatura da Lei Áurea, 1888.

A Lei Áurea, para a libertação dos escravos, é assinada a 13 de maio de 1888, na Sala do Trono. Depois da cerimônia, a Princesa Isabel e o Conde d'Eu aparecem no balcão da fachada principal para receber os aplausos do povo, que se aglomerava em frente ao Paço.

A República é proclamada a 15 de novembro de 1889. Na tarde do dia seguinte, D. Pedro II recebe no Paço a visita do major Solon Guimarães, com o comunicado de sua deposição. Na madrugada do dia 16, o ex-Imperador, sua família e auxiliares deixam o país em direção ao exílio.

No ano seguinte o Paço é adaptado para receber a repartição dos Correios e Telégrafos, que vai ocupá-lo durante mais de noventa anos.

Em 1929, no Governo Washington Luís, o edifício passa por ampla reforma que lhe confere linhas "neocoloniais", segundo tendência em voga na época. Foi quando teve o último andar ampliado à mesma dimensão do primeiro, ganhando com isso mais 36 janelas.

Em 1938, o recém-criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional inclui o Paço entre os primeiros bens tombados, inscrevendo-o no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo de Belas-Artes.

No dia 19 de março de 1982, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos transfere a posse do edifício à Fundação Nacional próMemória — órgão executivo da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nesse mesmo ano, começam os estudos para a sua restauração.

Restauração

Apesar dos estudos e pesquisas visando à recuperação do Paço terem-se iniciado, efetivamente, em 1982, ainda no final de 1980 o arquiteto José de Souza Reis e o historiador Gilberto Ferrez foram designados, para realizar as pesquisas preliminares, pelo então Secretário do PHAN, Aloísio Magalhães.

Entre as primeiras medidas tomadas destacam-se uma visita ao prédio e o exame das plantas fornecidas pela ECT, onde puderam ser assinalados os acréscimos feitos à construção. Em seguida, segundo José de Souza Reis, foram iniciados os estudos da iconografia existente, bastante conhecida por Gilberto Ferrez, que a consultara no preparo de uma monografia sobre o Paço, que realizava na época. Esse trabalho, denominado *O Paço da Cidade*, deverá ser lançado por ocasião da reabertura do monumento.

Em 1982, Aloísio Magalhães, já como Secretário da Cultura do MEC, recebeu do Presidente da ECT as chaves do Paço. Ainda nesse ano, foi criada uma comissão técnica que iria orientar o projeto de restauração do prédio, baseada nos estudos iniciais já efetuados pelo arquiteto e pelo historiador.

Com a transferência da posse do prédio para a Fundação Nacional próMemória, decidiu-se alojar ali mesmo, no futuro canteiro, a 6.ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória, encarregada do desenvolvimento do projeto e execução da obra.

O arquiteto Glauco Campello, diretor da 6.ª DR, observa que esse fato constituiu-se, para ele, numa ação intuitiva relacionada com o processo de recuperação do Paço. "Desse modo", explica, "a equipe de arquitetos da DR, assessorada por arquitetos, historiadores, arqueólogos e engenheiros de outras áreas da SPHAN, desenvolveu

os seus trabalhos não apenas a partir de conceitos teóricos, mas, sem dúvida alguma, a partir do contato vivo e direto com esse organismo complexo que é o objeto arquitetônico: revivendo percursos imaginários, fruindo idealmente os espaços de sua arquitetura e redescobrindo valores de seu vocabulário antigo".

Esse contato direto permitiu que se definisse qual o caminho a ser tomado na restauração do prédio. O arquiteto Cyro Correa de Oliveira Lyra, da Diretoria de Tombamento e Conservação da SPHAN e que participou da equipe do projeto de restauração do Paço, relembra que pensou-se, a princípio, em preservar o edifício tal como ele chegara aos nossos dias, limitando-se a intervenção a obras de conservação e reciclagem de uso. Aloísio Magalhães, inclusive, já havia previsto o funcionamento de atividades culturais no monumento recuperado. Esse caminho, observa Cyro no caso de uma edificação que sofrera tantas alterações, era, aparentemente, o mais indicado.

Porém, os trabalhos preliminares de "limpeza", com a remoção de materiais em mau estado, a realização de prospecções nas paredes, pisos e tetos, e a análise da documentação iconográfica levantada — quadros de Leandro Joaquim, gravuras de Thomas Ender e William Burchell, entre outros — contestaram essa tese inicial.

"À medida em que se aprofundava o conhecimento a respeito do monumento, a 'presença' do antigo Paço se impunha", relata Cyro Lyra. "Comparando as descobertas dos testemunhos construtivos das obras executadas, do século XVIII ao XX, com as referências iconográficas, chegou-se à conclusão que, sob a 'vestimenta' neocolonial de 1929, sobrevivia, ainda, totalmente camuflada, uma arquitetura monumental de maior interesse cultural. Revelaram essas pesquisas a existência de uma obra considerada até então irremediavelmente perdida, pelo nível de descaracterização a que tinha chegado. Essa descoberta levou à conclusão de que a manutenção das adaptações e ampliações feitas para funcionamento da sede dos Correios, condenaria ao desconhecimento uma obra singular. A par do seu significado histórico, o antigo Palácio que as reformas do século XX tinham ocultado, poderia ocupar, depois de 'revelado', especial lugar no acervo da arquitetura barroca luso-brasileira, representada quase exclusivamente pela arte religiosa", conclui o arquiteto.

Sobre essa mesma questão, Glauco Campello observa: "à medida que a demolição dos acréscimos ia revelando aspectos surpreendentes de sua dignidade antiga e relações espaciais novas, passou-se a entender com mais clareza o material histórico e iconográfico à disposição. Tornando-se, então, irresistível a atração pela integridade de sua imagem barroca representada nas gravuras antigas".

Foram, então, aprofundadas as prospecções arquitetônicas e arqueológicas, bem como demolidas inúmeras paredes internas de tijolo, estuque e madeira, revelando assim os amplos salões palacianos. Nessa fase passou-se a definir tipos de intervenção e a selecionar materiais e soluções construtivas. Ainda de acordo com o diretor da 6.ª DR, esse método de atuação "é capaz de aliar uma ação empírica a uma pesquisa histórico-iconográfica. Trata-se de um sistema duplo de aproximação do objeto para melhor conhecê-lo. Pela via dos sentidos e pela via da análise racional. Uma corrigindo a outra". E conclui: "o conceito, amplamente admitido, de que o próprio monumento é o mestre de sua restauração, adquire assim uma dimensão mais rica".

Outra medida tomada na busca da antiga feição do edifício consistiu na demolição do prédio de quatro pavimentos erguido em seu interior, o que proporcionou a reconstrução do espaço aberto, que em outros tempos, compunha o principal pátio interno. Cyro Lyra explica que, "desobstruído esse pátio, se impunha a necessidade de restabelecer os demais, para que fosse possível, novamente, usufruir a sucessão de espaços fechados e abertos, que foi, um dia, com certeza, um dos mais interessantes aspectos do edifício".



O Paço recuperado integra-se à Praça XV, local por onde passam milhares de pessoas diariamente.



Pátio interno do Paço, restabelecido graças à demolição de um prédio de quatro pavimentos construídos em seu interior.



Salão de exposições no primeiro andar, onde está montada mostra sobre o histórico do prédio e sua restauração.

Exposição dos fornos da antiga fundição de ouro e dos vestígios do que foi a Casa da Moeda. A escada e as luminárias são exemplos de intervenções atuais no prédio.



A restauração prosseguiu com a remoção dos revestimentos de massa e pintura — aplicados em 1929 — que mais uma vez deixaram à mostra "as variadas texturas dos ornamentos em granito, gnaisse, arenito e lioz português", salienta o arquiteto, concluindo: "e como corolário, verificou-se que a restauração do monumento, de tão grande significado na história política do país, exigiria a demolição de grande parte do terceiro pavimento — mais de mil metros quadrados — porque removendo as ampliações poderá a população admirar novamente o 'jogo' barroco de volumes e telhados que compuseram, outrora, um dos aspectos mais atraentes do Paço".

A eliminação dos acréscimos descaracterizadores, construídos neste século, em benefício da "liberação e revelação" da expressão arquitetônica de maior valor, conforme relata o arquiteto, não foi, evidentemente, um caminho fácil. "Operações de demolição, reconstituição, restauração e bem como de integração de novos elementos, não são problemas meramente práticos, mas, preliminarmente, conceituais", segundo Cyro. "A constituição multidisciplinar da equipe técnica e a preocupação dos seus membros no aprofundamento teórico dos problemas induziram a um processo decisório baseado na discussão das idéias — à luz dos modernos conceitos de preservação — e na busca de soluções consensuais", completa.

Portanto, seguindo os critérios da moderna restauração não se pretendeu reconstruir os elementos já desaparecidos, embora retratados pelos artistas do século passado, segundo o arquiteto, como é o caso, por exemplo, do torreão que se sobrelevava na fachada sul.

Quanto à nova utilização do Paço, as adaptações necessárias — baterias de sanitários, escadas, instalações elétricas — foram projetadas segundo o desenho contemporâneo, dentro de uma linguagem atual, claramente definida como intervenção de hoje, facilitando, assim, a leitura das diversas fases da história do monumento.

"O Paço que os visitantes desse final do século vinte vão conhecer não é a reconstituição de nenhuma época determinada, é na verdade um novo Paço que, liberto dos seus acréscimos espúrios, revela de forma inequívoca as fases significativas das transformações de sua arquitetura, do início do século XVIII aos dias de hoje", complementa Cyro Correa Lyra.



Antiga Sala do Trono, transformada em auditório para seminários, para palestras e dotado com equipamentos audiovisuais.

Sala dos "archeiros" ou salão da clarabóia: local onde se evidenciam um amontoado de reformas, testemunho de um período de transformações no edifício.



A obra do Paço

Os trabalhos realizados no Paço da Cidade constituíram-se, sem dúvida, na maior obra de restauração já realizada pela Fundação Nacional próMemória no Brasil.

Os serviços realizados para a recuperação do prédio abrangeram estudos e pesquisas iconográficas, prospecções arquitetônicas e arqueológicas, remoção das instalações dos Correios e Telégrafos, demolição da construção de quatro pavimentos em seu pátio interno, demolições com recuperação ao nível do terceiro andar, execução de alvenarias, lajes, soalhos e rodapés, forros e cimalhas, execução e restauração de telhados, restauração de gradis, portas e demais elementos metálicos, montagem de esquadrias de madeira e de escadas metálicas, construção de sanitários, instalação de sistemas elétricos, hidráulicos e de segurança contra incêndio, estudos de luminotécnica e acústica, serviços em gesso e pintura geral. Calcula-se que foram gastos 2,5 bilhões de cruzeiros, alocados em grande parte através de empréstimo do Governo francês (SPHAN n.º 21, pág. 14).

Um dos aspectos de maior interesse gerado pela obra do Paço reside no fato de ter sido feita por administração direta, além de ter possibilitado a formação de equipe especializada.

Sobre essas questões, o Boletim SPHAN ouviu o arquiteto Luís Carlos Neves, integrante da equipe da 6.ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória e responsável pela coordenação da obra, e publica a seguir trechos de seu depoimento, colhido dias antes da reabertura do monumento ao público:

"Iniciadas as obras do Paço Imperial, recebi a tarefa de coordenar esses trabalhos. Logo ficou claro que uma obra de tal porte, com o prazo de entrega previsto para o início de 1985, não seria concluída a tempo, se executada por empreitadas sucessivas, que exigiriam: projetos completos, listas de material, licitações e posteriores contratações de empresas de construção, demandando um largo tempo para a preparação dessas etapas e seu encaminhamento burocrático.

"Além do mais, muitos serviços não poderiam ser quantificados com precisão, antes de serem executados os trabalhos de demolição, descascamento e remoção de partes acrescentadas, de modo a possibilitar a compreensão do prédio, o que levaria, a cada momento, ao reexame do projeto e, algumas vezes, a modificações. A única saída era a execução da obra por administração direta.

"No início, tínhamos um contrato assinado com uma construtora, que cobria cerca de 5% da obra, e um pequeno grupo de operários, sob administração direta, que executava os serviços de prospecção.

"Em pouco tempo foram criados, para atingir os objetivos: uma equipe de compras, pessoal e almoxarifado; um depósito dos materiais excedentes da obra, para beneficiamento e reaproveitamento; uma oficina de marcenaria, com o equipamento necessário à execução de qualquer tipo de esquadria; e a contratação de cerca de 200 operários, além da aquisição ou aluguel de máquinas e equipamentos que permitiram acelerar os trabalhos.

"A contratação desses operários se deu, basicamente, através de "Seu" Altair, mestre-de-obras que já trabalhava para a próMemória. Ele tinha uma pequena empreiteira, que faliu. Então, com a crise econômica, profissionais muito bons encontravam-se desempregados. O Altair começou a trazer muitas dessas pessoas e, em pouco tempo, tínhamos uma equipe formada. O mestre-encarregado da parte hidráulica, por exemplo, é um senhor de 70 anos, que se aproximou de nós um dia, aqui na Praça XV, explicando que estava desempregado, mas que gostaria de trabalhar. Ele está conosco até hoje.

"Graças à autonomia adquirida com todas essas providências, foi possível pesquisar a fundo o prédio, ao mesmo tempo em que eram executados os trabalhos de restauração. A cada momento surgiam novas descobertas, tanto no subsolo, acompanhadas pelo setor de arqueologia, como nos trechos de alvenaria: estruturas em arco, vãos de porta, sistemas estruturais atirantados, a estrutura do telhado, antigos gradis de ferro, diversos tipos de tijolos, alguns com inscrições do fabricante, pisos de pedra encobertos por ladrilhos hidráulicos etc. Todo esse material foi fotografado, desenhado e recolhido para exame e estudo.

"Em relação à administração direta da obra, propriamente dita, não houve nenhum grande problema. O pagamento dos operários, por exemplo, foi feito da seguinte maneira: a equipe de pessoal preparava a folha de pagamentos, sempre de uma semana já transcorrida — para saber se houve alguma falta — levantava os custos e retirava o dinheiro no banco, trazia para a obra, contava, dividia em envelopes e pagava. É um serviço trabalhoso, mas que nunca deu maiores preocupações. Uma certa época, foi posta uma segurança para prevenção de assaltos, que felizmente nunca ocorreram.

"Por último, gostaria de fazer uma observação sobre algo que me surpreendeu no decorrer dos trabalhos, ou seja, a identificação dos operários com esse tipo de construção. Acho muito mais difícil o operário entender a arquitetura de hoje em dia, do que essa de 200 anos atrás. Pedra, cal, madeira e tijolos de barro são, talvez, os materiais de construção mais antigos e, por isso mesmo, de fácil compreensão para eles, portanto, não havia muito o que explicar.

"Alguns desses operários se mostraram muito orgulhosos de fazer uma obra importante e histórica como essa. O Paço "formou" ótimos carpinteiros, marceneiros, gente da melhor qualidade que, inclusive, já está trabalhando em outras obras de restauração da próMemória, como as da Fazenda do Colubandê, da Casa Benjamin Constant, do Museu Villa-Lobos, do Museu Histórico Nacional, todas aqui no Rio".

Janeiro/Fevereiro de 1985.

SPHAN 34
próMemória

Vassouras: Casa da Hera e Escritório Técnico em trabalho conjunto



Fotos: Isabel Rocha

Vista do Fórum.



Pórtico do Cemitério de Vassouras.

A ocupação da sesmaria de Vassouras e Rio Bonito (RJ) — elevada em 1833 à condição de Vila e atualmente cidade de Vassouras — teve início junto à margem do antigo Caminho da Polícia, onde desde 1828 já existia uma capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição. Esta área, onde ergueu-se a parte central do núcleo urbano, corresponde hoje ao perímetro tombado pela SPHAN em 1958, onde encontram-se os mais significativos exemplares locais da arquitetura típica dos núcleos cafeeiros do século XIX.

Entre eles, destacam-se a casa que pertenceu ao Barão de Vassouras, o Cemitério de Nossa Senhora da Conceição, o Chafariz Pedro II e o da Praça Barão de Campo Belo, as sedes do Fórum, da Prefeitura e Câmara e da Santa Casa, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição — que sucedeu a antiga capela — alguns sobrados e o conjunto formado pela Casa e Chácara da Hera.

Nos arredores da cidade encontram-se a Casa da Fazenda Santa Eufrásia — provavelmente a mais antiga da cidade — além de outros exemplares da arquitetura rural da região.



Casa à Rua Ana Jesuína.



Prefeitura Municipal de Vassouras.



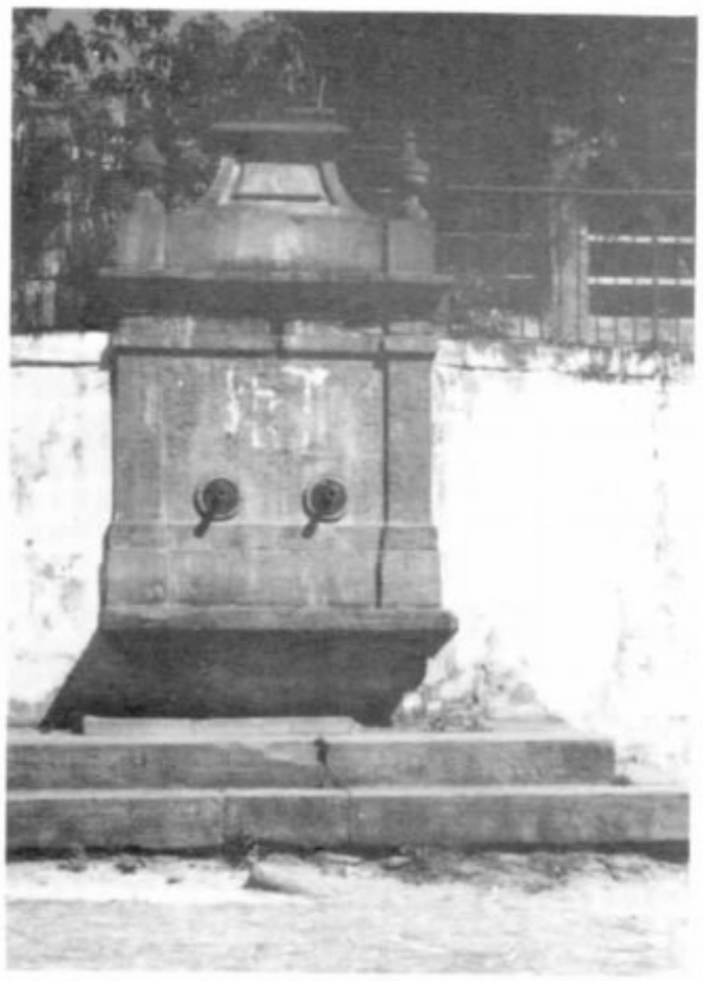
Biblioteca da Fundação Severino Sombra: ex-sede da estação ferroviária.



Chafariz da Praça Barão de Campo Belo.



Porta principal do Asilo Barão do Amparo.



Chafariz em frente à Praça Sebastião Lacerda.



Fachada posterior da Igreja N.S. da Conceição.



Fachada principal da Igreja N.S. da Conceição.

Casa da Hera

Considerada um excelente exemplar de edificação urbana da época do café, embora com algumas características das antigas sedes rurais, a casa que pertenceu ao Barão de Itambé e ao intelectual Joaquim José Teixeira Leite localiza-se em uma área tranqüila e aprazível da cidade de Vassouras, em um terreno elevado e salpicado de palmeiras trazidas de Portugal.

Em estilo colonial, a casa apresenta planta retangular, dotada de pátio central e puxada de serviço e caracteriza-se pelo exterior totalmente recoberto pela vegetação que lhe rendeu o nome de Casa da Hera. Em seu interior — constituído pelo acervo do Museu — o visitante poderá percorrer 32 cômodos, recobertos por suntuoso papel de parede de origem francesa e dotados de mobiliário e ornamentos típicos de uma residência senhorial da época, refletindo o gênero clássico, de influência da Corte.

Entre as peças destacam-se a mesa em que D. Pedro II estabeleceu o traçado inicial da estrada de ferro que tinha seu nome — hoje Central do Brasil — espelhos emoldurados a ouro, um mapa do Brasil datado de 1846 e um da África de 1835, aparelhos de jantar de faiança inglesa filetados a ouro com as iniciais JJTL, um piano de cauda francês, além da pinacoteca e da coleção de indumetária feminina que pertenceu a Eufrásia Teixeira Leite, última herdeira da casa.

A biblioteca abriga cerca de mil volumes ainda não catalogados e o único exemplar da primeira edição de "David Cooperfield", de Charles Dickens, existente no Brasil.

Com a morte de Joaquim José Teixeira Leite, a casa passou a pertencer a sua filha Eufrásia, que a legou em testamento ao Instituto das Missionárias do Sagrado Coração de Jesus, exigindo apenas que ela fosse mantida em seu estado original e aberta à visitação. Em 1965, a SPHAN, através de convênio com o Instituto, assumiu a responsabilidade de preservar a casa e seus pertences, assegurando seu funcionamento como museu, que passou a integrar o Grupo de Museus e Casas Históricas. Mais tarde, promoveu a restauração de trajes, acessórios, quadros e do papel de parede e cobertura da casa (SPHAN n.º 11, págs. 8 e 9). Além disso, em um anexo do Museu, instalou o Escritório Técnico de Vassouras, a fim de melhor orientar os proprietários de bens tombados da região, garantindo a preservação do patrimônio local.





Portão e rampa de acesso à Casa da Hera.



Foto: Arquivo SPHAN — Rio

Fachada principal da Casa da Hera.



Fachada lateral da Casa da Hera.

Trabalho conjunto

Segundo a arquiteta Isabel Rocha, responsável pelo Escritório Técnico, apesar da proposta inicial do Escritório diferir da do Museu, um vem se beneficiando com a atuação do outro. Assim, enquanto o Escritório procura alertar a população para a importância da preservação de seus monumentos, o Museu promove exposições enfocando a arquitetura local e cursos onde os alunos aprendem o que é um tombamento e porque é importante preservar determinado bem, ao invés de outro.

"As pessoas viam a SPHAN com muita desconfiança", diz Isabel. Segundo ela, o trabalho, antes da instalação do Escritório, era prejudicado porque os técnicos iam apenas esporadicamente à cidade, não conseguindo obter a confiança dos proprietários e da Prefeitura.

Com relação ao Museu, foi necessário um trabalho de esclarecimento dos visitantes pois, se um objeto exposto era levado para a reserva técnica, logo a possibilidade de roubo era levantada.

Quando o Escritório iniciou o levantamento dos monumentos da região e o cadastramento da Fazenda Santa Eufrásia, além do encaminhamento de projetos à Prefeitura para aprovação, sentiu-se que o aumento do interesse pelo assunto refletiu-se na visitação ao Museu. Com este aumento, o Museu pôde ampliar seus esforços, colaborando ainda mais para a aceitação do Escritório.

Porém, segundo Isabel, o trabalho está apenas "engatinhando". Existem dificuldades, como o número insuficiente de funcionários — quatro — e a escassez de recursos para o desenvolvimento dos projetos.

Apesar disto, atualmente vem sendo complementado o cadastramento do Museu da Casa da Hera e sendo mantidos entendimentos com a Associação de Biologia de Volta Redonda (RJ), que se propôs a realizar o cadastramento das espécies vegetais da Chácara da Hera. Para isto, o Escritório pretende obter o auxílio do Jardim Botânico e, assim, facilitar a preservação do parque, que apesar de desde 1981 contar com uma equipe de manutenção cedida pela Prefeitura através de convênio, ainda não tem suas espécies catalogadas.

Casa de Rui guarda a memória literária nacional

Há muitos anos o escritor Plinio Doyle e o poeta Carlos Drummond de Andrade conversavam sobre o futuro de sua documentação literária, quando surgiu a idéia de se criar um lugar onde pudessem ser organizados e preservados todos os documentos dos grandes escritores brasileiros. Este foi o primeiro passo para a criação do Arquivo-Museu de Literatura, que funciona atualmente no anexo da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Criado oficialmente em 18 de outubro de 1972 através da portaria P/43, do presidente da FCRB, Américo Jacobina Lacombe, o AML foi instalado em 28 de dezembro do mesmo ano e é dirigido atualmente pelo escritor Plinio Doyle.

Tendo como propósito a "guarda de documentário, relativo à literatura brasileira, de objetos que pertenceram a escritores brasileiros e de tudo o que puder ser útil à preservação da memória literária nacional", o AML possui, hoje, em seu acervo, manuscritos de Graça Aranha, Gilberto Freyre, Cornélio Pena, José de Alencar, Graciliano Ramos e objetos que pertenceram a Manuel Bandeira, Guimarães Rosa e Andrade Muricy, entre outros. Este material é composto exclusivamente de doações e é considerado como "indispensável fonte de consulta para a pesquisa literária, do ponto de vista biográfico, da análise estilística ou, ainda, da história da nossa literatura".

Recentemente foram adquiridas pela Fundação Nacional próMemória, para o AML, por Cr$ 2,2 milhões, 32 caricaturas do memorialista Pedro Nava, datadas do período em que o escritor cursava medicina em Belo Horizonte. Encontradas por acaso pelo diretor do Instituto de Artes Plásticas da FUNARTE, Paulo Estelita, as caricaturas haviam sido vendidas a uma livraria do centro do Rio pela viúva do escritor, D. Nieta Penido Nava, juntamente com toda sua biblioteca. D. Nieta já havia doado ao AML toda a documentação de Nava que se prestou para a elaboração de livros como "Território do Epidauro", "Baú de Ossos" e "Balão Cativo", além de grande parte de sua correspondência e arquivo pessoal.



Fotos: Eduardo Mello

No AML o salão de consultas...



... e a mobília de grandes personagens da literatura brasileira.

Os filhos do jornalista, publicitário e escritor Bastos Tigre doaram todo o material da exposição comemorativa do centenário do nascimento do autor, realizada na Biblioteca Nacional em 1982.

Carlos Drummond de Andrade também doou seu arquivo, constituído da correspondência recebida por ele, recortes de periódicos, entrevistas, trabalhos esparsos e crítica, tudo organizado pelo próprio escritor.

Seguindo o exemplo de Drummond, Francisco Inácio Peixoto — a quem Plinio Doyle chama carinhosamente de "Chico Peixoto" — doou seu arquivo, onde encontra-se reunida documentação de grande importância para a história, não só da literatura, como também da sociedade brasileira. O arquivo, mesclado de correspondências destinadas a Rosário Fusco e Enrique Resende, faz uma avaliação de como funcionava a inteligência provincial brasileira da segunda metade da década de 20 em diante.

Segundo Plinio Doyle, com o crescimento do AML começam a surgir problemas de espaço e de pessoal. "A nossa área está crescendo muito, diariamente chegam uma ou duas peças e não existe mais espaço para a guarda desse material. Além disso, não dispomos do número de funcionários necessário para colocar o volume de serviços inteiramente em dia. A equipe que atua no AML é composta por quatro pessoas, todas trabalhando com interesse e dedicação, mas infelizmente esse número de funcionários não está sendo suficiente para suportar a quantidade de trabalho existente. É da maior importância que eu receba ajuda nessa questão de espaço e pessoal. Principalmente espaço, pois já tive que recusar duas peças para o museu em virtude de não ter onde colocá-las", concluiu Plinio Doyle.

Visando estimular as pesquisas, o AML promove também exposições e palestras. Já foram realizadas oito exposições — todas com material do acervo — denominadas "Memória Literária". São elas: Comemorativa da milésima peça do AML, Homenagem à Academia Brasileira de Letras, Homenagem a Manuel Bandeira, Homenagem a José de Alencar, Os dois mundos de Cornélio Pena, Homenagem a Carlos Drummond de Andrade, Homenagem a Pedro Nava e Homenagem a Bernardo Guimarães, sem contar a pequena exposição organizada no dia da instalação do AML. Foram também realizadas palestras sobre José de Alencar, Bernardo Guimarães e outros.

Com cerca de 25.000 documentos catalogados e contando também com uma seção de iconografia, o Arquivo-Museu de Literatura está aberto ao público de segunda à sexta-feira, de 8:00 às 17:00 horas. O endereço é: Rua São Clemente, 134 — Botafogo — Rio de Janeiro.

Janeiro/Fevereiro de 1985.

SPHAN 34

próMemória

Comunidade mobilizada para resgatar importância cultural de Paracatu



Fotos: Briane Bicca

Antiga sede do Jockey Club, hoje funcionando como salão de baile.



Porta e janelas típicas das casas de Paracatu.



Conscientizar a comunidade para a importância da preservação e valorização de seu patrimônio cultural. Com este objetivo, membros da comunidade de Paracatu, pequena cidade histórica de Minas Gerais situada a 220 km de Brasília, criaram a Associação do Movimento Cultural de Paracatu e divulgaram a seguinte carta aberta à população:

"Vocês se recordam da velha Paracatu? Dos becos, das praças com seus coretos, os chafarizes, os velhos sobrados e todo o acervo histórico de nossa cidade? Da Folia de Reis, da Caretagem, da Tapuiada, da Barraquinha de São João, das quadrilhas juninas, da pinga boa, das serestas nas janelas iluminadas pela lua prateada do nosso sertão?"

E a carta adverte:

"Pois bem, tudo isso está acabando. Hoje, a preocupação é preservar nosso acervo histórico e todos os valores humanos que aqui existem ou existiram. Nesse sentido, estamos fundando a Associação do Movimento Cultural de Paracatu. Precisamos do apoio de todos os moradores e conterrâneos que estão morando em outras cidades. Acreditamos que somente assim preservaremos nossa cultura tão massacrada. Que todos os segmentos da sociedade se mobilizem nesta luta. Participe."

A Associação, cujo estatuto já foi aprovado e publicado no Diário Oficial do Estado, surgiu depois de uma reunião entre os líderes do movimento, um assessor da FUNARTE e técnicos da Fundação Nacional próMemória, que estão trabalhando juntamente com a Prefeitura Municipal na restauração de dois monumentos paracatuenses: o telhado da Igreja Nossa Senhora do Rosário e o prédio da Escola Normal.

Durante a reunião, promovida por iniciativa dos próprios integrantes do movimento — que são todos jovens, alguns inclusive tiveram que morar fora por algum tempo, para estudar — foi manifestado o interesse em garantir a participação da comunidade nas discussões sobre o destino e proteção de seu patrimônio histórico-cultural. "Nossos prédios são simples mas estão carregados de história, da nossa história e da cultura de nosso povo. Precisamos valorizar nossas origens", argumentam Max Ulhôa, Joeli Cardoso e Marcos Neiva, principais líderes do Movimento, acrescentando que a destruição de prédios históricos contribuiu, nos últimos anos, para o empobrecimento cultural de Paracatu.

Segundo Hailhi Dias, arquiteto que integra a equipe da próMemória responsável pelas obras em Paracatu, esse tipo de mobilização da comunidade é essencial, principalmente para uma segunda etapa do trabalho a ser realizado na cidade, que será a definição do Centro Histórico de Paracatu. Para delimitar esse Centro e definir qual o nível de preservação adequada para cada edifício, explica Hailhi, "é importante estabelecer uma relação mais íntima entre as propostas apresentadas pela próMemória e o interesse que a população demonstrar. Não podemos realizar um trabalho à margem da população".

Tanto a Prefeitura Municipal quanto o Movimento Cultural de Paracatu estão colaborando com a próMemória no levantamento de informações e documentos que falem da história de cada prédio antigo existente na cidade. O que efetivamente representa cada prédio é uma questão que deverá



Construções novas se misturam às antigas nas ruas de Paracatu.



O calçamento original de paralelepipedos vem sendo modificado por materiais novos.

ser discutida com a própria comunidade. "Na medida em que a comunidade participa, quer conhecer sua história e reconhecer seus aspectos culturais, ela assume seu papel na proteção e revitalização de seu patrimônio cultural. Nessa tomada de consciência, novas questões poderão surgir" — conclui Hailhi.

Do ponto de vista histórico, a equipe da próMemória considera que Paracatu possui, além dos exemplares de arquitetura, as áreas de mineração, principalmente as margens dos córregos Rico e Pobre, que deverão ser delimitadas e receber algum tipo de tratamento a nivel de preservação. Existe ainda uma área intermediária, segundo a equipe, que não tem exemplares de arquitetura do período colonial, mas cujas ruas mantêm os mesmos traçados originais dos caminhos que ligavam o centro da cidade às áreas de mineração. Essa área não possui edificações porque foi habitada por antigos escravos, que moravam em palhoças. A equipe está analisando uma forma de preservá-la e todas as propostas serão discutidas com a Prefeitura e o Movimento Cultural de Paracatu.

Após a publicação do estatuto da Associação do Movimento Cultural de Paracatu no Diário Oficial, foi realizada a primeira assembléia geral, que foi bastante movimentada e contou com a presença de representantes dos diversos segmentos da sociedade paracatuense, quando foi eleito o presidente oficial da Associação — Max Ulhôa.

Foram discutidas algumas propostas de atuação do Movimento, entre elas a de cobrar uma ação mais firme em Paracatu, por parte dos órgãos estaduais e federais, responsáveis pela preservação do patrimônio histórico-cultural do pais.

Reviver a *Tapuiada*, dança de origem índio-negra do final do século XVIII, que realizava-se no dia 8 de setembro em homenagem a Nossa Senhora do Amparo, proposta apresentada pelo professor de literatura e poeta, Lavoisier, provocou intenso debate com posições bastante polêmicas. Um dos presentes disse não acreditar que ainda existam pessoas dispostas a dançar a *Tapuiada*: "as pessoas não estão mais nessa de dançar com aquelas penas" — os dançarinos usam uma indumentária confeccionada com penas de ema. Lavoisier, após um breve discurso sobre folclore, disse que um grupo, que conta com a participação de ex-dançarinos, estava bastante entusiasmado com a possibilidade de reviver a *Tapuiada*, e argumentou: "não podemos eliminar a idéia nem a impor. Nosso objetivo deve ser, em todos os sentidos, conscientizar e animar".



Fachada lateral da antiga Escola Normal.

A Associação poderá contar com a significativa colaboração da Prefeitura Municipal de Paracatu, cujo Prefeito, Diogo Soares Rodrigues, considera "a cultura importantíssima e essencial para a identidade de um povo". Ele participou dessa primeira assembléia e manifestou sua disposição em "incentivar a comunidade para que ela aceite esse Movimento no sentido de realmente fazer reviver a nossa cultura e dar seguimento a ela". O Prefeito afirmou ainda que o prédio da Escola Normal, após a restauração, deverá abrigar uma Casa de Cultura destinada a desenvolver atividades como o ensino de música, oficinas de artesanato, ensaios de grupos folclóricos e outras promoções que poderão ser apresentadas pela própria Associação do Movimento Cultural de Paracatu.

Segundo relatório técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais — IEPHA-MG, órgão responsável pelo cadastramento arquitetônico dos monumentos que estão sendo restaurados pela Fundação Nacional próMemória, Paracatu possui um acervo histórico bem conservado, apesar de existirem edificações em

estado bastante precário. A cidade sofreu descaracterizações urbanas em conseqüência das reformas e modernizações das fachadas dos prédios antigos, além da demolição de prédios e sua substituição por construções novas, em estilo moderno. Em outubro, um dia depois da primeira assembléia do Movimento Cultural de Paracatu, mais uma casa antiga foi demolida, em frente à Matriz de Santo Antônio, que é monumento tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde 1962. "A Associação lutou até o fim" — diz Max Ulhôa — "mas não houve jeito de o proprietário nos ouvir".

Histórico

Localizada no extremo ocidente do Estado de Minas, possuindo uma área de 7.882 km², Paracatu surgiu de um povoado, Arraial de Sant'Anna, fundado por bandeirantes quando foram descobertas as primeiras minas de ouro na região. Alguns historiadores acreditam que, embora a data oficial da descoberta seja 24 de junho de 1744, é possível que tenha ocorrido bem antes, pois os primeiros exploradores esconderam o mais que puderam as minas, para se livrarem dos pesados tributos que teriam de pagar ao fisco da Coroa Portuguesa.

O patrimônio histórico edificado de Paracatu retrata essa época, quando a cidade foi beneficiada por um grande surto de desenvolvimento e progresso. Os casarões são bastante originais, sendo seu exterior e interior marcados pela simplicidade. A Igreja de Santana, a mais rica, foi demolida em 1935.

Nas Igrejas de Nossa Senhora do Rosário e de Santo Antônio, tombadas pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1962, destacam-se os altares com talhas de artistas desconhecidos. A cidade possui o último exemplar das casas do Cruzeiro da Amizade: uma cruz que era colocada entre as residências, segundo moradores antigos, para manter a paz e a união entre os vizinhos. O prédio da Escola Normal, construído por volta de 1820/1840, foi residência de um abastado minerador, senhor de terras e escravos. Foi vendido para sediar o "Palácio do Conselho das Minas de Paracatu" e posteriormente adquirido, por doze contos de réis, para servir à Escola Normal e ao Grupo Escolar Afonso Arinos.



O prédio da Escola Normal depois de restaurado deverá abrigar uma Casa de Cultura.

Toda a estrutura do prédio estava em estado bastante precário: os esteios e vigas de madeira sofreram deslocamentos, as vidraças das janelas em guilhotinas desapareceram e os frisos de madeira de composição das fachadas encontravam-se em péssimas condições. Muitas reformas foram feitas para resistir ao tempo, incluindo algumas tentativas de modernização das fachadas. A vista lateral conserva seu estilo original.

Entre as obras a serem realizadas, com o apoio da próMemória, estão previstos: reconstituição da cobertura; recuperação ou mudança das portas, portais, janelas e basculantes; reforço da fundação de todo o edifício; substituição em mais de 80% do piso e alvenaria; instalações elétricas e hidráulicas.

Atualmente, técnicos da Fundação Nacional próMemória e da Prefeitura Municipal, participam de estudos que visam a proteção do entorno das Igrejas do Rosário e Santo Antônio, a nível federal, e também a criação de legislação municipal de proteção do Núcleo Histórico de Paracatu. A Escola Normal deverá ser tombada a nível estadual.



Igreja N.S. do Rosário.



Paisagem urbana amplia conceito de patrimônio no RS

"Este projeto visa levar as prefeituras municipais do Estado do Rio Grande do Sul a criarem, não só medidas restritivas, mas também incentivos que garantam a preservação da produção cultural das minorias étnicas, ainda não consagrada como bem cultural. Para isso, serão encaminhadas àqueles órgãos, propostas de preservação, com base em estudos detalhados sobre esta necessidade". Assim o arquiteto Júlio Nicolau B. de Curtis — diretor da 10.ª Regional da SPHAN/próMemória — definiu a ação "Preservação e Valorização da Paisagem Urbana em Núcleos da Imigração Alemã e Italiana no Rio Grande do Sul", que está sendo executada por aquela unidade.

Posto em prática no final de 1982, o projeto, que no seu desenvolvimento identifica os valores característicos, cadastra, promove o mapeamento e traça estudos dos perfis das construções e demais elementos da paisagem, com base em levantamentos históricos, já pesquisou trinta municípios do Estado e realizou trabalhos comunitários, apresentando estudos detalhados sobre Muçum, Dois Irmãos, Encantado, Nova Petrópolis, Ivoti e Galópolis — bairro de Caxias do Sul.

Na primeira fase do projeto, Ana Lúcia Goelzer Meira, responsável por sua execução, participa, assim como os demais arquitetos da equipe, das incursões aos municípios, quando são captados, nos croquis, os dados gerais da primeira impressão sobre a paisagem urbana e delimitados os primeiros sítios de interesse.

"São elaboradas fichas de cadastramento para cada caso" — explica Ana Meira — "e este projeto é um trabalho no qual, na medida em que se partiu realmente para a prática, foram revistos vários conceitos sobre paisagem urbana. No início, estávamos fazendo inventários, volumetria, tipologia, analisando estado de conservação, o que gerava um desenvolvimento e um resultado muito acadêmicos.

"Já houve, inclusive, uma certa evolução do que foi realizado em Ivoti, na área alemã, e em Galópolis, bairro de Caxias do Sul situado na área de imigração italiana, para o que estamos desenvolvendo agora". Está nos planos da equipe veicular mensagens mais diretas, legíveis e dinâmicas, apresentando até mesmo desenhos fictícios, mostrando as construções como ficariam se cercadas por prédios de vários pavimentos.

"Tanto na metodologia — não serão usados mais perfis — quanto nos aspectos a serem preservados, houve evolução. Não estão sendo cotados apenas prédios isolados, mas também os conjuntos, o enquadramento, o mobiliário urbano e a paisagem. Foi ampliado o conceito de Patrimônio Histórico", conclui a arquiteta.

Os critérios adotados — que estão sendo sempre aprimorados — para a escolha dos municípios a serem beneficiados prioritariamente, variam em função da existência das seguintes características: acervo ameaçado; planos diretores concluídos ou em andamento; conselhos municipais e grupos organizados, com idéias preservacionistas; acervos arquitetônicos inseridos em áreas de grande importância paisagística; e interesse por parte da comunidade e do poder público.

Obviamente, são levadas em consideração, ainda, a qualidade e representatividade — quanto à cultura da imigração e sua influência posterior — dos acervos locais.



Foto: Lia Lunardi

Conjunto de residências destinadas aos operários do antigo Lanifício São Pedro, em Galópolis, Caxias do Sul.



Foto: Roberto Rieghert

Prédio com frontão recortado, característico do início do século na área de imigração alemã, em Ivoti.

SPHAN 34
próMemória



Edificação do enxaimel, característica de imigração alemã, em Ivoti.

As exposições

Os trabalhos e sua exibição são realizados com maior facilidade onde haja motivação por parte das prefeituras, como os casos de Ivoti e Galópolis/Caxias do Sul, cujos órgãos imediatamente demonstraram grande interesse e facilitaram em muito a execução do projeto.

As casas, construídas até os anos 30 em enxaimel — algumas influenciadas por outros estilos — e os aspectos gerais que constituem os conjuntos, são o alvo das exposições promovidas nos municípios.

Ao ser apresentada em Muçum e Dois Irmãos, em novembro de 1983; em Encantado, em maio; em Nova Petrópolis, em julho; e em Ivoti, em setembro de 1984, a primeira exposição, denominada "Arquitetura nas Áreas de Imigração Alemã e Italiana" continha, em seus painéis — trinta foram utilizados — um histórico sucinto sobre a imigração no país e o estabelecimento de colônias no Estado. Foram definidas as tipologias arquitetônicas encontradas nas áreas de imigração estudadas e exibidas fotos de todos os trinta municípios pesquisados.

Posteriormente, em setembro e outubro, "Preservação e Valorização da Paisagem Urbana em Núcleos da Imigração Alemã e Italiana no Rio Grande do Sul" — uma nova exposição, batizada com o nome da ação — apresentada em Ivoti, em Galópolis e em Porto Alegre, no IAB/RS, por ocasião do Ciclo de Palestras sobre a Arquitetura Italiana, levou às comunidades, de forma muito mais detalhada e completa, a paisagem urbana que identifica a presença da imigração, mediante ilustrações, textos e fotos de todos os trechos estudados. Uma medida que teve por meta despertar o estímulo para a conscientização da necessidade de preservação, não só das edificações, mas dos espaços e conjuntos.

Para este ano está prevista, prioritariamente, a continuidade dos trabalhos nos municípios de Santa Cruz do Sul — área alemã, e em Antônio Prado — na italiana. Devido à experiência que a equipe vem adquirindo, espera-se uma receptividade ainda maior por parte das comunidades e das prefeituras, encarregadas de viabilizar a execução de planos que garantam a manutenção dessa paisagem de valor cultural insubstituível.

Preservação: o lado sentimental da questão

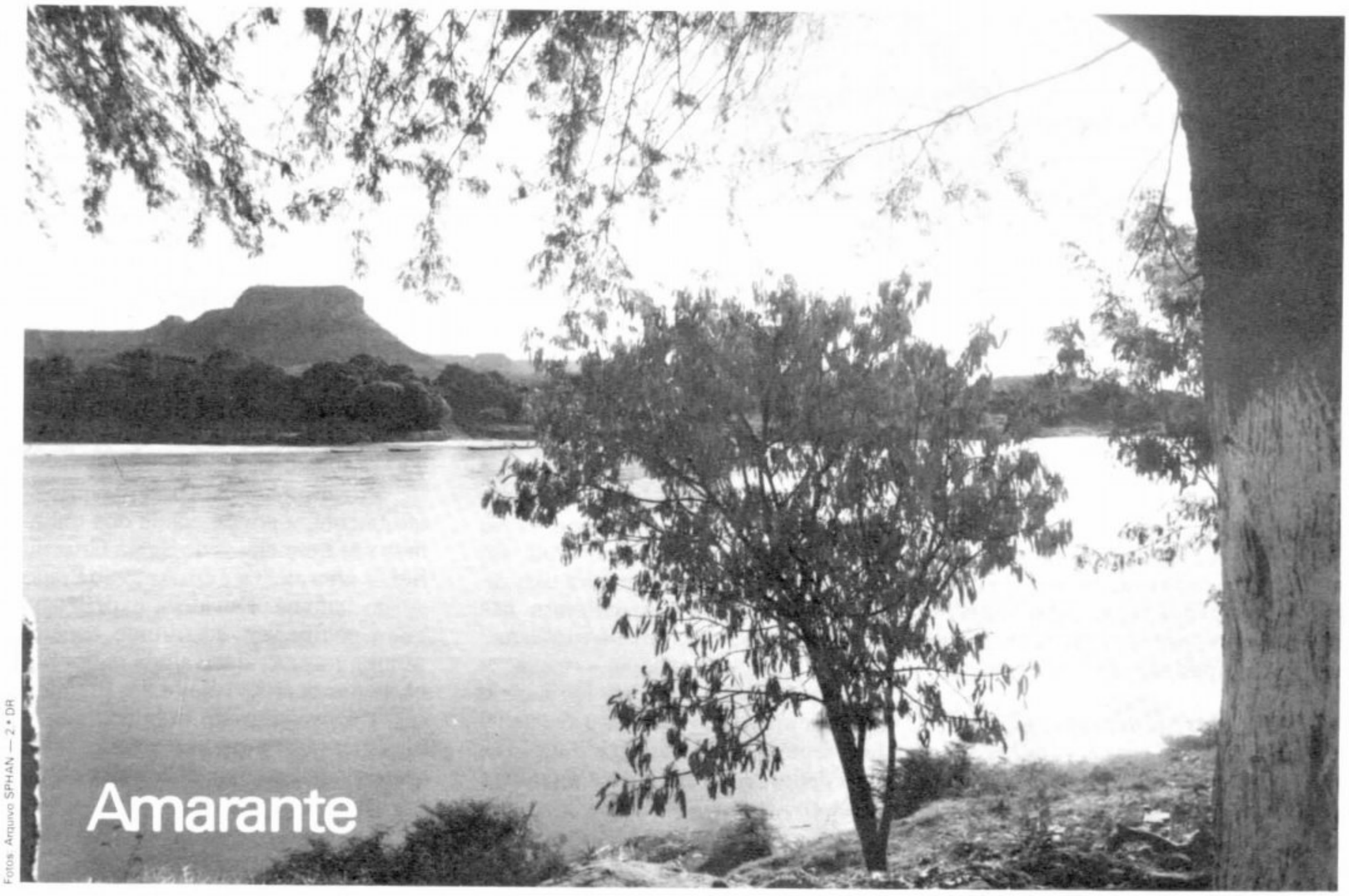
Nas visitas aos municípios, a equipe da 10.ª DR — constituída também por funcionários da Secretaria de Educação do Estado e do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, cedidos especialmente para atuarem na ação — trava contatos diretos com a população, desde o início do trabalho, quando são traçados os dados gerais, até a realização das exposições.

Muitos fatores são debatidos no decorrer dessa trajetória. Os moradores participam com entusiasmo dos eventos e não poupam a equipe de perguntas e estórias, que muitas vezes servem para o aprimoramento do desenvolvimento dos trabalhos.

De modo satisfatoriamente geral, é perceptível o interesse deles, não só por verem suas propriedades ali exibidas e analisadas, mas, sobretudo, por poderem compartilhar, de todas as formas, a importância histórica e, na grande maioria das vezes, sentimental que os imóveis possuem.

E é justamente este fator que faz Júlio Curtis dar a entender que, embora os problemas tendam a surgir em cidades já dotadas de prédios com vários pavimentos e possuidoras de plano diretor que vise ainda à ampliação, existe um ponto benéfico: essas construções de origem européia são ainda, em muitos casos, habitadas por descendentes de imigrantes, que por conhecerem o valor cultural desses bens e saberem da importância existente no ato de preservar, colaborarão através da conscientização comunitária, para que os órgãos municipais encontrem meios — mesmo que muitas vezes distintos — relativamente eficazes para o estímulo da manutenção dessas propriedades, com toda a originalidade e história que cada uma delas possui.

Um exemplo disso pode ser captado, nitidamente, no trecho do poema "Cinzas", de autoria da moradora de Ivoti, Herta Patro: "Sabias que teus pais também eram crianças, jovens, suaram, trabalharam, até que conseguiram construir aquela casa. . .". Um suave protesto ao desamor pelo que, embora material e facilmente transformável em bens, possui em si um pouco de quem o construiu, não tendo, por isso, sequer preço.



Fotos Arquivo SPHAN — 2ª DR

Rio Parnaíba, fazendo fronteira com o Maranhão.

e a Casa Odilon Nunes

De acordo com o novo estágio de desenvolvimento sócio-econômico de Amarante (PI), a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo do Estado e a SPHAN/próMemória, através da sua 2.ª Diretoria Regional, estão investindo na restauração de um dos maiores e melhores exemplares arquitetônicos do Município: a Casa Odilon Nunes. Berço do ilustre professor, historiador e escritor piauiense, o monumento será utilizado, futuramente, para abrigar uma série de atividades culturais em prol da comunidade.

Amarante e a história

A origem do antigo arraial de São Gonçalo do Amarante remonta ao aldeamento de índios da missão do mesmo nome, fundada em 1772, às margens do riacho do Mulato, para abrigar 434 índios acoroás e gueguis, conduzidos ao local depois de abatidos e expulsos de suas terras às margens dos rios Parnaíba e Urucuí.

Em 1805, o povoado torna-se freguesia, com jurisdição eclesiástica, expandindo-se até a vila Velha do Poti, na confluência dos rios Poti e Parnaíba; em 1832, é elevado à categoria de vila, por decreto imperial. E sem ter realizado o sonho de se tornar capital da província, chega, em 1871, à categoria de cidade.

A localização do Município, no centro da província, e a transferência de sua sede para as margens do Parnaíba, próximo à confluência com o rio Canindé — que fazia ligação com Oeiras na época das chuvas — coloca Amarante na situação privilegiada de porto aberto de navegação. O Município transforma-se, em pouco tempo, em um grande centro comercial, ao importar e distribuir mercadorias nacionais e estrangeiras, além de comercializar e exportar a produção do Estado.

Suas terras, próprias para a criação de gado, tinham nos cursos dos rios a formação de um curral natural para rebanhos. E, no vale do Mulato, existiam terras apropriadas à cultura de cana e frutas cítricas.

Esses fatores somados, levam Amarante a se destacar entre os municípios piauienses até o primeiro quartel do século XX.

Com o correr do tempo, porém, estende-se a navegação até o Alto Parnaíba, propiciando o crescimento e o surgimento de outras vilas e povoados. A cidade de Floriano, com bem menos

PIAUÍ

de um século de existência, atrai para si todo o comércio da região, fortalecendo-se, definitivamente, com a sua escolha, para aplicação de capital por abastadas famílias de comerciantes árabes.

O surgimento do transporte terrestre como meio seguro e viável contribuiu, também, para o aniquilamento da cidade: diretamente, devido à desativação do transporte fluvial e, indiretamente, porque viabilizou a maciça entrada dos produtos agrícolas a preços mais competitivos no mercado consumidor de Teresina.

O declínio econômico, cultural e populacional de Amarante, deixou a cidade em posição de pouca relevância no contexto regional.

Nos últimos anos, entretanto, a realização de mudanças estruturais básicas nas relações regionais, a implantação de estradas asfaltadas ligando o Município e novas possibilidades de exploração dos seus três rios — Parnaíba, Canindé e Mulato — já tornam perceptível uma acentuada tendência ao desenvolvimento, que deverá fazer ressurgir uma cidade de muita tradição.

O traçado urbano e a arquitetura

Dotada de características de cidade que nasceu em função do rio, Amarante se sobressai, no entanto, pelo planejamento de seu traçado urbano, a partir do cais do rio Parnaíba, desenvolvendo-se perpendicularmente a este, numa avenida larga e arborizada artificialmente — fruto, talvez, das antigas idéias de fazer da cidade capital da província.

Outras ruas partem perpendicularmente à avenida principal, mas na forma de estreitos becos, repletos de portinholas das hospedarias, dos armazéns em meia-água e dos quintais.

A arquitetura civil, influenciada pela atividade comercial, desenvolveu tipologia própria, principalmente quanto às casas dos grandes comerciantes — um programa misto de residência, loja comercial e hospedaria. Os grandes estabelecimentos comerciais têm localização privilegiada, nas esquinas da cidade. As edificações são de um só pavimento, com planta em forma de "U", partido já característico da morada piauiense, que abriga um extenso programa da seguinte forma: a loja, na esquina; a hospedaria ou acomodação para viajantes em segmento da loja, na lateral da edificação da rua secundária; e a residência do proprietário, na elevação mais nobre da rua principal.

A ala residencial — parte nobre da casa — destaca-se das demais alas da fachada através do uso de cunhais que a delimitam; da diferenciação das beiradas e das formas de envasaduras, com o emprego de vergas; das portas e janelas, curvas, ogivais e de suas derivadas. A vedação dos vãos é também mais trabalhada. E as demais alas se distingüem pela simplicidade no tratamento da fachada, onde as vergas são geralmente retas.

Internamente, as construções obedecem aos padrões conhecidos como "morada inteira piauiense", variando de tamanho mais em função da quantidade de aposentos, que de suas dimensões interiores. Quanto mais rico o proprietário, maior o número de aposentos e mais "enfeitada" é a fachada principal do imóvel.

Embora em planta mantenha-se o número de cômodos e o seu posicionamento à semelhança das antigas casas, inspiradas na casa maranhense, nota-se um significativo aumento do pé-direito — medida do piso ao teto — das construções, fato que torna os edifícios mais imponentes e facilita a geminação dos prédios.

Outro fator notável é a interrupção do corredor de acesso principal das residências, por "divisórias" de madeira trabalhada, por vezes em recortes semelhantes às suas vergas, formando um espaço para recepção, abrigado e demonstrativo do luxo da morada, mas

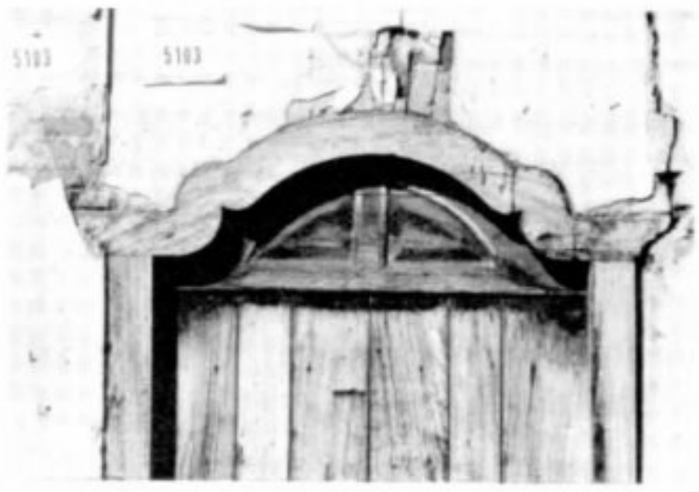


A diferenciaçao da fachada pelo emprego do cunhal e das duas formas das vergas.



Vista de uma das ruas de Amarante.

PIAUÍ



Detalhe das vergas das portas e janelas.

que não possibilita acesso ou visão ao interior da casa.

Os materiais empregados são os tradicionais adobes, tijolos maciços pré-cozidos e taipa de sopapo com carnaúba para as alvenarias; carnaúba e madeira lavrada — aroeira, preferencialmente — para a estrutura do teto e telhas de barro de avantajadas dimensões. Os principais espaços são forrados com tábuas de madeira lavrada, formando desenhos pela simples distribuição das peças. Nos espaços secundários e de serviço, o teto é de telha vã, deixando à vista elegantes peças de carnaúba como caibros e fatias longitudinais de sua casca, como ripas.

Os pisos são sempre de tijoleira de barro cozido, de pequeno tamanho, exceto em alguns exemplares mais ricos, onde nas salas existem assoalhos de tábuas corridas. O desenho ogival das vergas de portas e janelas e suas variantes-formas arabescas de arquitetura — marcam também presença em Amarante, como elemento construtivo e decorativo.

A casa Odilon Nunes e as obras

Construída na última década do século passado por Gil José Nunes, a casa onde nasceu Odilon Nunes foi utilizada como ginásio e internato de Amarante, de 1930 a 1933, voltando, então, a ser residência da família até a década de 60, quando foi adquirida pelo Governo do Estado do Piauí. Permaneceu longo tempo abandonada e serviu, ainda, de depósito e serraria, antes de serem iniciadas as obras de restauração.

Arquitetonicamente, a construção segue os padrões amarantinos, podendo ser ressaltados o magnífico recorte de suas vergas e a obliqüidade das alas, em função do não ortogonalismo das ruas que lhe fazem esquina.

Com largas paredes ora de tijolos comuns, ora de adobe, sob um teto sem o tradicional forro de carnaúba e estrutura constituída por linhas de aroeiras e ripas de madeira lavrada e de carnaúba, a construção encontrava-se prestes a ruir totalmente, já com alguns trechos — cerca de 25% — completamente demolidos.

Inicialmente, tratou-se da estabilização provisória das partes ainda íntegras, da segura retirada dos entulhos e da verificação dos problemas existentes, já que a falta de amarração das alvenarias e os empuxos transmitidos pela estrutura da cobertura haviam sido os responsáveis pela calamitosa situação do prédio.

Foram verificadas todas as fundações, refeitas as paredes caídas e todo o conjunto amarrado com cintas, vigas, pilares e costuras em concreto armado. A cobertura, por um sistema de auto-atirantamento desenvolvido na obra, não mais transferirá cargas horizontais às paredes, embora estas estejam, agora, capacitadas a absorver os empuxos.

Os materiais novos serão tratados como tal, e as alterações da planta original, necessárias ao novo uso, não descaracterizarão o belo imóvel. Serão mantidas as telhas originais como "capas" e acrescentadas novas, na parte inferior, que atuarão como "bicas". Além disso, todas as esquadrias externas serão recuperadas.

O projeto foi executado em convênio com a Universidade Federal do Piauí. Como se pretende a manutenção do potencial histórico do monumento, a restauração da Casa Odilon Nunes visa abrigar uma série de atividades culturais necessárias à comunidade e, também, desenvolver e demonstrar os aspectos histórico-comerciais e turísticos da cidade, na própria cidade, dos habitantes para os habitantes.

O prédio acomodará uma biblioteca, o museu da cidade — já com peças catalogadas, um centro artesanal, a sede da Secretaria de Cultura, um espaço didático e pátios para exposição — cobertos e descobertos.

As peças a serem expostas no museu pertencem a Gil Nunes, descendente do antigo proprietário, e que tem por meta manter definitivamente sua coleção no local.



Casa Odilon Nunes: janela e portas da antiga loja, com suas vergas de desenho rebuscado.

Janeiro/Fevereiro de 1985.

SPHAN 34

*pró*Memória

Opinião

Notas sobre a questão da conservação do patrimônio edificado

*Jose Leme Galvão Junior

Com a pretensão de contribuir ao debate sobre o destino da próMemória, inicio questionando-nos: será que nossa **experiência** acumulada, enquanto parte da "intelligentzia" cultural brasileira, não estará a reboque do autoritarismo burguês, somando mais qualidades de gestora estatal do que de realimentadora e preservadora da memória e identidade da nação?

Tenho procurado evitar o termo **experiência**, na medida em que nele começo a identificar uma forma de definir iniciados, iniciantes, leigos e ignorantes. Há qualquer coisa de paralisante nisto que chamamos de experiência, e sinto-o não naqueles a quem devemos respeito pela vivência passada, mas nos momentos de equívoco dos que, entorpecendo a própria vivência, pretendem fixar "experiências" como regras, podendo comprometer nosso tempo futuro.

Constitui isso, concretamente, um comportamento autoritário, reproduzido da estrutura geral de poder que sempre marcou nossa sociedade. E é interessante observar uma contradição aí: ao mesmo tempo que a estrutura autoritária de poder vai se desdobrando em cascata em todas as formas organizacionais de nossa sociedade, os **grupos inteligentes** ou **corpos técnicos**, compreendendo que o poder é autofágico, optam por uma certa marginalidade, numa solução eu diria covarde, na medida em que pretendem não participar diretamente da estrutura de poder, como forma de autopreservação. Evidentemente a única coisa objetiva que resulta disso, além de ganhos e perdas de cargos e empregos, é a frustração permanente de ver nossos esforços baldados.

Nessa estrutura vigente, basicamente autoritária, não posso aceitar o agravante de modelos, porque passam facilmente de instrumentos ao tolhimento da dinâmica de trabalho que deveriam favorecer.

Poeticamente, mas tão verdadeiro quanto, diria que os modelos tendem à uniformização, afastando-se da unidade e da riqueza que existe na diversidade.

Creio que nossa utopia consiste em acreditar que este país, e os homens que nele vivem, constitui um todo cultural que busca fixar sua memória, sua identidade. Somente essa auto-identificação dará razão de ser, consistência mesmo, ao que denominamos progresso (à procura do futuro!). É o espírito com o qual Aloísio Magalhães nos impregnou com sua atuação catalizadora. Por isso, penso que os modelos apenas fixam experiências que, num determinado momento e em determinadas circunstâncias, tiveram sucesso.

Mesmo em se tratando de preservação cultural, as vivências de cada indivíduo, de cada técnico, se submetem necessariamente às circunstâncias de cada caso e — observem — **nada** é mais importante do que a utilização que o próprio homem dá aos abrigos que cria; portanto, o homem é razão de ser e circunstância de estar para o ambiente envolvido ou envoltório, este especialmente. (Na simplicidade oriental de Lao Tzé: "Ainda que a argila possa receber a forma de vaso, a essência do vaso reside em seu vazio interior".)

Cumpre-nos portanto preservar a essência dos espaços criados pelo homem com a natureza. Apenas não devemos esquecer que preservamos não só para a memória da vida dos homens, mas também para o próprio homem vivo. Respeitamos um Parthenon silencioso e repleto de passado e respeitamos igualmente uma Olinda, uma Goiás, uma Brasília, repletas de dinamismo urbano e de vida.

Entretanto é preciso não ter medo de errar e é necessário diminuir a margem de erro, sem que isso nos reduza a técnicos de técnicas, a especialistas de especialidades produzidas por outrem.

Em verdade, as especialidades indefinidas, essas que adquirimos com a vivência da problemática geral da preservação, diferem bastante daquelas definidas na individualização das categorias profissionais, como na medicina por exemplo. E são indefinidas na medida em que combinam o entendimento e a política sobre preservação a técnicas e tecnologias à disposição. Esses elementos, por sua vez, dependem de fatores circunstanciais de tempo, recursos, informações históricas, possibilidades de reutilização etc., para que, combinados, resultem positivamente na prática.

Observei na leitura da OPINIÃO (Boletim n.º 28), do Dr. Ulisses Pernambucano, salvo melhor juízo, que ele propõe a adoção de **modelos**, como forma mais rígida e capaz de evitar possíveis equívocos em restaurações mas, ainda na mesma OPINIÃO, retoma um meio concreto, talvez o único nas atuais circunstâncias, de debater e equacionar tais questões profundamente, com chances de rebatimento em nosso meio de trabalho, que é a evidente necessidade de "reunir o conhecimento acumulado, colhido na bibliografia especializada" (esta sim, de fato, especializada!), "na experiência interdisciplinar de técnicos novos e antigos" e finalmente, "a participação ampla desses técnicos neste esforço permitirá reduzir os obstáculos identificados como impedimento às intervenções que buscam adaptar imóveis antigos a novos usos".

Parece-me suficiente um procedimento desse tipo para que se dê a consolidação deste novo tempo para a preservação e dinamização da memória cultural. Não há necessidade de cartilhas, pelo menos enquanto modeladoras.

Existem diferenças evidentes entre **modelos** e **recomendações** e, sem dúvida, as recomendações de que dispomos hoje carecem de ajustes de princípios e, principalmente, de outras formulações sobre o assunto que complementem e/ou reciclem propostas e fundamentos da preservação cultural.

Penso também na descentralização do conhecimento/vivência acumulada pelo "PHAN" nesses 47 anos. A lei faculta aos técnicos o arbítrio do "caso-a-caso", e é melhor que seja exercido por muitos, espalhados pelo território, não como apóstolos, mas como integrantes das comunidades, de cada local, de cada monumento, assim caracterizados.

No Boletim n.º 25, em outra OPINIÃO, relembro a necessidade de permanente reciclagem técnica dentro da SPHAN/próMemória e de outras entidades preservacionistas e, entre os objetivos mais evidentes, insere-se a difusão das informações de forma sistemática, inclusive usando intensamente este Boletim.

Em verdade, nossos técnicos têm se ressentido bastante da quase total impossibilidade de formação e reciclagem de conhecimentos específicos, atinentes à conservação, restauração, documentação etc., ou seja, à preservação de bens culturais, no sentido mais amplo que se pode permitir às atribuições de arquitetos, engenheiros, programadores visuais, jornalistas, arqueólogos, historiadores, advogados, museólogos etc., todos profissionais com marcante atuação técnica dentro do âmbito geral de ação do "PHAN" e da próMemória.

Às dificuldades mais evidentes de carência de recursos financeiros e humanos, somam-se aquelas advindas da existência apenas de raros cursos nacionais e internacionais, inteiramente voltados para a questão da preservação da memória cultural. Mesmo tais cursos padecem de estruturas acadêmicas que demandam tempo de dedicação demasiado extenso, inviabilizando-os para a maioria dos interessados. Além disso, são restritos a poucos tipos de profissionais, na maioria das vezes só para arquitetos, o que dispensa comentários.

É fundamental que a instituição reconheça seu próprio cabedal de conhecimento acumulado que, de uma forma ou de outra, vem sendo repassado para novos técnicos, a par de que as transformações sucessivas por que tem passado, estão gerando necessidades ampliadas de atuação técnica. Em suma, a "prata da casa" precisa ser revalorizada e estimulada.

Finalmente, vale dizer que toda a instituição pode e deve buscar, em cada unidade, uma organização de trabalho que restitua o espaço da pesquisa, do acúmulo e processamento de documentos e experiências (conhecimento), bem como da informação. Concretamente, isto significa renascer de dentro da *casca* burocrática a que praticamente estamos reduzidos, para um trabalho dinamizado, através de **núcleos** ou **centros de estudos**, tal como já vem sendo pensado e preparado pela equipe técnica da DTC/SPHAN no Rio de Janeiro. Desse trabalho certamente teremos elementos básicos e objetivos para repensar e reestruturar a ação dos **técnicos**, enquanto participação governamental na produção e preservação da cultura nacional.

Rio de Janeiro, março de 1985

*JOSÉ LEME GALVÃO JUNIOR
Arquiteto da Fundação Nacional proMemória

Projeto valoriza espaços culturais do Rio de Janeiro



Ritual dos Índios Terena.



O Cacique na avenida.

"Esta pesquisa vem procurando estimular a compreensão de bem cultural enquanto produto de um processo; e busca deslocar o pólo de interesse existente sobre esse bem, para a relação entre os seus agentes, protegendo, dessa forma, a produção e a atitude de guarda". Assim a pesquisadora Clara de Andrade Alvim, responsável pela ação "Espaços Culturais do Rio de Janeiro", da Fundação Nacional próMemória, definiu os trabalhos que vêm sendo realizados com o propósito de compreender, reconhecer e valorizar a dinâmica de produção de bens culturais em diferentes espaços, consagrados ou não, existentes no Estado.

Impulsionada pela assinatura de um Termo de Cooperação entre a Secretaria da Cultura do MEC e a Secretaria de Ciência e Cultura do Rio de Janeiro, a ação vem descrevendo, documentando e analisando três importantes espaços, no que diz respeito à pluralidade cultural: o Museu Histórico da Cidade, o Santuário da Penha e o Bloco Cacique de Ramos.

No caso específico deste último, os frutos da compreensão dos trabalhos já começaram a surgir, com a cessão, no último dia 20 de janeiro, pela Prefeitura Municipal, do terreiro do tradicional bloco de embalo carioca onde há anos se encontra instalada sua quadra de ensaios.

Naquela ocasião, com a presença do Prefeito da Cidade, Marcelo Alencar, e do Diretor de Planejamento da próMemória, Armando Cunha — que representou o Secretário da Cultura, Marcos Vinícios Vilaça — entre outras autoridades, foi promovida a abertura de uma exposição, com a apresentação de um "videotape" sobre a memória do Cacique e suas raízes e lançado o 4.º LP do grupo musical "Fundo de Quintal", nascido na quadra da agremiação.

A ação

Os trabalhos da ação se iniciaram com a análise, principalmente, dos acervos dos museus históricos. Era de interesse se entender, através do estudo desses acervos, quais os critérios utilizados para destacar determinadas peças como possuidoras de valor cultural. "Por muitas vezes", explica Clara Alvim, "se achou a biografia de uma comunidade, representada por uma foto de determinado grupo, ou por um objeto, incluída no acervo de um museu histórico. E essas peças, que à primeira vista nada têm de nobre, são também históricas em função da valorização que um determinado grupo projetou sobre elas.

"Em um certo momento da análise desses acervos, o termo espaço cultural cresceu, se impôs", prossegue a pesquisadora, "tornando claro para nós, que não podíamos lidar apenas com os acervos. Havia necessidade de se trabalhar em um limite mais amplo, onde entrassem em cena a relação entre agentes e toda a complexidade de envolvimento dos diversos setores com



Santuário da Penha, um dos espaços analisados pelo projeto.

a produção cultural. Nosso centro de interesse se alargou e nós buscamos outros espaços".

Esses três espaços — o Museu da Cidade, o Santuário e o Cacique — foram escolhidos em função da diversidade e pluralidade cultural que os caracterizam, em relação ao Rio de Janeiro, e da própria exemplaridade do Rio em relação ao Brasil.

"O Santuário e o Cacique estão extremamente relacionados à história do processo cultural do Rio de Janeiro. O primeiro, inclusive, é quase matriz deste processo, representando o negro e o português; assim como no segundo, estão representados o negro e o índio. E a relação entre os três espaços, é que todos têm regras de interdição e organização, e se colocam como espaços de produção e de guarda de bens culturais.

"Tanto no Museu da Cidade, como nos outros dois espaços, não existem valores pertinentes a todos os setores da sociedade, e sim a determinados grupos. Justamente, são esses pontos de vista que originaram a formação desses acervos que nós estamos tentando apreender", concluiu Clara Alvim.

Durante os trabalhos de levantamento, houve uma aproximação muito grande entre os pesquisadores e os sujeitos envolvidos nos processos culturais. Muitas entrevistas foram realizadas e, com relação ao Cacique — onde a pesquisa se encontra em estágio bem mais adiantado — ficou constatado que o grande patrimônio para o grupo era o seu espaço de produção, conforme atesta Bira, presidente e filho do fundador do Bloco: "É importante vocês aderirem à nossa causa, que é uma causa muito justa, em torno da cultura. Nós fazemos cultura mesmo, autêntica, pura. . . e está dentro do que nós temos aqui no Brasil".

Você já viu índio catequizar?

O Cacique de Ramos foi criado nos anos 60 por um grupo de jovens amigos, do bairro de Ramos, que viviam sob a influência de sambistas ilustres do Rio de Janeiro, e eram liderados pelos irmãos Ubirajara, Ubirani e Ubiraci, filhos de pai sambista e boêmio nascido no Estácio, e de mãe mineira, prendada, ligada ao candomblé.

Fantasiado de índio apache, o bloco pula integradamente, as moças na frente, os rapazes atrás, e estes rompem a todo instante essa ordem para serem contidos e recomeçarem.

O Cacique tematiza o índio guerreiro, brincando de ameaçar, gritando e pulando selvagemente, metaforizando a resistência. "Tematizar o índio, seja nos cultos afro-brasileiros, ou nos blocos e escolas de samba, corresponde a adotar os símbolos do oprimido relacionados à condição do negro, apresentando-se o oprimido como vencedor", conforme conclusão de pesquisadores da Ação.

"Você já viu índio catequizar? Nós catequizamos" — disse Bira a um antropólogo contratado pela próMemória para estudar aquele espaço. O catequizar referia-se à conquista do respeito e da simpatia dos blocos rivais, das autoridades e do povo em geral, obtidos pelo Cacique.

Aldeia, terreiro, quadra

O Bloco se consagra não apenas na época do carnaval, mas durante todo o ano, através de atividades que ele promove em sua sede.

Quando a atual sede do Cacique foi inaugurada, a mãe dos irmãos Ubirajara, Ubirani e Ubiraci — também mãe-de-santo — preparou um "trabalho" muito forte para a agremiação e para os que dela participam. Os associados sabem que as árvores da quadra — tamarineiras e uma mangueira — são sagradas.

A casa, utilizada para atividades de lazer, contém um altar a São Sebastião — Oxossi, que é padroeiro do Bloco; e na quadra, ao ar livre, se concentra a música. É o local para se mostrar o samba recém-criado ou rememorar os antigos, quase sempre na presença de pessoas ligadas a gravadoras e de críticos de música.

"Em torno da mesa central senta quem vai versar, rimar, quem vai tocar, quem conhece as pessoas, quem sabe fazer improviso", diz Naná, princesa do Cacique. "O pagode é a ocasião de mostrar o samba da rapaziada" — comenta Neoci, importante compositor ligado ao Bloco.

Muitos sambas tocados e cantados pela primeira vez nesses pagodes, correram o Brasil, anônimos, embora na voz de cantores famosos. Mas a descoberta do samba do Cacique pela sambista Beth Carvalho — madrinha da agremiação — vem acelerando o processo de profissionalização. Objetivo que será mais facilmente alcançado por quem tem, agora, a certeza de possuir uma aldeia, terreiro e quadra, para produzir e guardar sua cultura.

Janeiro/Fevereiro de 1985.

SPHAN 34
próMemória

Victor Meirelles e Solar Monjardim: revitalizadas mais duas unidades

Dando continuidade ao Projeto Revitalização das Unidades Museológicas, que visa atender aos museus não dotados de orientação nas áreas de documentação, museografia e difusão cultural, o Programa Nacional de Museus promoveu a revitalização do Museu Victor Meirelles, instalado na casa natal do artista, situada em Florianópolis (SC), e do Museu Solar Monjardim, antiga residência do Barão de Monjardim, em Vitória (ES), ambos já reabertos à visitação.

O Projeto Revitalização, que tem como prioridade o atendimento aos museus filiados ao PNM, foi criado em 1982 (SPHAN n.º 30, págs. 15 a 19) e de lá para cá foi responsável pela dinamização de museus como o de Arte Sacra de Goiás, Museu das Bandeiras e outros.

Segundo sua coordenadora, a museóloga Célia Corsino, o Projeto em sua fase atual pretende, além de seus objetivos iniciais, fornecer orientações que permitam ao corpo técnico dos museus atendidos, não só dar continuidade ao trabalho iniciado, como colaborar na revitalização de unidades afins, com a supervisão do Programa. "A intenção do PNM é descentralizar o Projeto e coordenar a ação de revitalização sem ter necessariamente que executá-la. Assim, um maior número de unidades poderá ser atendido", diz Célia.

Victor Meirelles

O Museu Victor Meirelles foi escolhido para revitalização, tanto pela urgência no tratamento de seu acervo, quanto por ser um museu de pequeno porte, encaixando-se no orçamento e no cronograma previstos pelo PNM para o ano de 1984.

Apesar de já ter passado por obras de restauração, a casa precisava de reparos no telhado e na caixa-d'água, de nova pintura e do alargamento da calçada lateral do prédio, a fim de que os carros estacionassem mais longe. Além disso, as paredes encontravam-se tomadas por infiltrações, comprometendo a segurança do acervo, que era protegido da umidade apenas por uma fina camada de cortiça.

Era necessário ainda, determinar uma nova maneira de expor os quadros, pois eles se encontravam dispostos de maneira aleatória e eram pendurados por fios aparentes. A solução foi utilizar painéis de cimento-amianto, presos às paredes por uma estrutura metálica, porém afastados delas por 10 cm. O afastamento proporcionou uma aeração e o cimento-amianto ofereceu a proteção desejada.



Museu Victor Meirelles.



Uma das salas antes da restauração.



O Museu restaurado e a solução dos painéis de cimento-amianto.

Quanto à exposição, procurou-se organizá-la de maneira mais lógica. Os trabalhos afins foram agrupados e, sob esta orientação, as salas foram sendo ocupadas. Em uma foram colocados os retratos, em outra os estudos para as batalhas. No corredor do segundo pavimento, encontram-se os estudos de mãos e pés e uma outra sala contém os estudos de trajes típicos.

Outra preocupação dos técnicos foi com a não existência de textos de apoio que esclarecessem quem foi o artista e qual a importância de sua obra. Foram, então, adotados textos de escritores famosos que enfocaram a obra de Victor Meirelles, impressos em azul sobre placas de cimento-amianto na cor natural. Esta solução foi encontrada pela equipe de programação visual do PNM e proporcionou um excelente resultado.

Em 1982, o acervo do Museu foi enriquecido quando o Museu Nacional de Belas-Artes lhe cedeu, por comodato quatorze óleos de Meirelles que se encontravam na Fundação Catarinense de Cultura — também em estado precário. Hoje, estão expostas aproximadamente 45 obras e o restante encontra-se na reserva técnica ou sendo restaurado pelo MNBA. Todas as peças foram fotografadas e catalogadas e, agora, a intenção do Programa é intensificar o relacionamento do Museu com as escolas e com a comunidade local.

O artista

Victor Meirelles nasceu em 1832 na antiga Desterro, hoje Florianópolis. Em 1847, matriculou-se na Imperial Academia de Belas-Artes do Rio de Janeiro, onde estudou com José Correia de Lima, ex-aluno de Debret. Em 1848, ganhou sua primeira medalha e, em 1852, concorrendo a uma viagem à Europa, venceu com o quadro "São João Batista no Cárcere", embarcando no ano seguinte para a Itália. Na Europa, iniciou sua tela mais famosa: "Primeira Missa no Brasil", após estudar minuciosamente a carta de Pero Vaz de Caminha. Em 1861, tornou-se o primeiro brasileiro a ser aceito pelo Salon Français, ao lhe submeter o quadro. No mesmo ano, retornou ao Brasil, sendo condecorado por D. Pedro II com o grau de Cavalheiro da Ordem da Rosa, e nomeado professor honorário da Academia. No ano seguinte, foi nomeado professor proprietário e, em 1866, recebeu como encomenda o "Combate Naval de Riachuelo" e a "Passagem do Humaitá", sendo levado às cenas de batalha. Em 1875, fez o esboço da "Batalha dos Guararapes" e, em 1903, no Rio de Janeiro, faleceu.

Solar Monjardim

Escolhido por motivos semelhantes aos do Museu Victor Meirelles, o Solar Monjardim apresentava, segundo os técnicos do Programa, algumas falhas que prejudicavam sua proposta de reconstituição de uma residência rural do século XIX, no Espírito Santo.

A casa foi construída em 1780, pelo capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo, para servir de sede a uma grande fazenda de cana-de-açúcar, mandioca e algodão. Com o casamento de D. Ana Luiza, filha de Francisco, com o coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, a casa passou a integrar o patrimônio desta família. Mais tarde, serviu de residência ao Barão de Monjardim.

De seu acervo constam peças de mobiliário, armaria, porcelana, imaginária, estatuária, instrumentos de suplício, bandeiras e outros componentes de uma residência da época.

Em 1966, todo o acervo do Solar, que compreendia, então, o Museu Capixaba, passou para o domínio da Universidade Federal do Espírito Santo que, reunindo-o ao acervo do Museu de Arte Sacra, constituiu o Museu de Arte e História. Mais tarde, a UFES iniciou um processo de desapropriação do prédio — ocorrida em 1978 — e, em 1980, firmou convênio com a SPHAN /próMemória para a reabertura do Museu.

Além da reorganização da exposição e do reaproveitamento dos espaços mal utilizados, o PNM considerou prioritário o tratamento da documentação do acervo. Segundo os técnicos, os documentos ainda eram da época do Museu Capixaba e foi necessário promover um levantamento das informações disponíveis e a recatalogação das peças.

O trabalho de pesquisa possibilitou a produção de textos de apoio à exposição e de uma planta da casa, destinada a situar melhor o visitante.

Após sua reabertura, prevista para o próximo dia 4 de março, o Solar Monjardim aguardará o agenciamento de seu entorno, que a 6.ª Diretoria Reginal da SPHAN pretende promover em breve.



Museu Solar Monjardim, antiga residência rural do século XIX.

PERNAMBUCO

Jaboatão e Olinda em festa recebem igrejas restauradas

IGREJA DE N.S. DA PIEDADE

Localizada em meio a uma paisagem tropical de grande beleza, cercada por coqueiros e próxima ao mar, a Igreja de Nossa Senhora da Piedade, monumento setecentista construído por Francisco Gomes Salgueiro em cumprimento a uma promessa, foi devolvida, pela SPHAN/prómemória, à comunidade de Jaboatão (PE), em cerimônia ocorrida dia 28 de fevereiro, após passar por obras de restauração avaliadas em Cr$ 228 milhões.

A Igreja, tombada pelo PHAN em 1952, mereceu ainda o agenciamento de seu entorno, promovido pela Prefeitura local, com a colaboração das Secretarias de Planejamento e de Viação e Obras de Jaboatão. O projeto visou a valorização e o embelezamento da ambiência paisagística do monumento, observando os critérios de preservação das características que identificavam o local.

Segundo conta Pereira da Costa, em seu livro *A Ordem Carmelitana em Pernambuco*, o colono português Francisco Gomes Salgueiro, ao ver-se ameaçado de naufrágio durante viagem para Pernambuco, implorou a piedade divina prometendo construir uma capela, caso fosse salvo. Ao regressar às suas propriedades, situadas na freguesia de Muribeca, providenciou a construção, dedicando-a à Nossa Senhora da Piedade. Em 1683, ao falecer, legou aos religiosos do Convento do Carmo do Recife, não só a Capela como vários sítios de coqueiros, currais de peixes e escravos.

Reconstruída pelos religiosos, como consta no escudo de armas da Ordem do Carmo, localizado sobre sua porta principal, a Capela foi ampliada, recebendo o hospício. Mais tarde, foi ainda prolongada com uma nave única,



Igreja de N.S. da Piedade restaurada.

dotada de corredor e galeria do lado do Evangelho. Apesar disto, até hoje apresenta características das capelas portuguesas do século XVII, sendo um dos elementos mais representativos a abóbada da capela-mor.

Ainda na capela-mor, retábulos simples contrastam com belíssimo frontal de azulejaria policromada portuguesa que, embora mutilado pelo provável roubo do medalhão central, é de grande valor artístico.

A recuperação do templo e de seu anexo foi executada por administração direta da 4.ª DR da SPHAN/prómemória, abrangendo trabalhos de apoio às estruturas, aplicação de rebocos, confecção de novas tesouras, substituição da cumeeira, entelhamento, reparação dos assoalhos, execução de novas instalações elétricas e hidráulicas, confecção de portas e janelas e pintura geral.

O monumento foi entregue à Província Carmelitana Pernambucana e será ocupado pela comunidade religiosa das Freiras Carmelitanas da Divina Providência, servindo de centro de retiro espiritual e de outras atividades religiosas.

IGREJA DE SÃO SEBASTIÃO

Repique de sinos, fogos na alvorada, missa e procissão. Uma grande festa aconteceu em Olinda (PE), no dia 20 de janeiro. Mas não era só o dia de São Sebastião que estava sendo comemorado. Naquela data, a comunidade olindense festejou também o final das obras de restauração que vinham sendo realizadas desde maio de 1981 na Igreja de São Sebastião, no bairro do Varadouro.

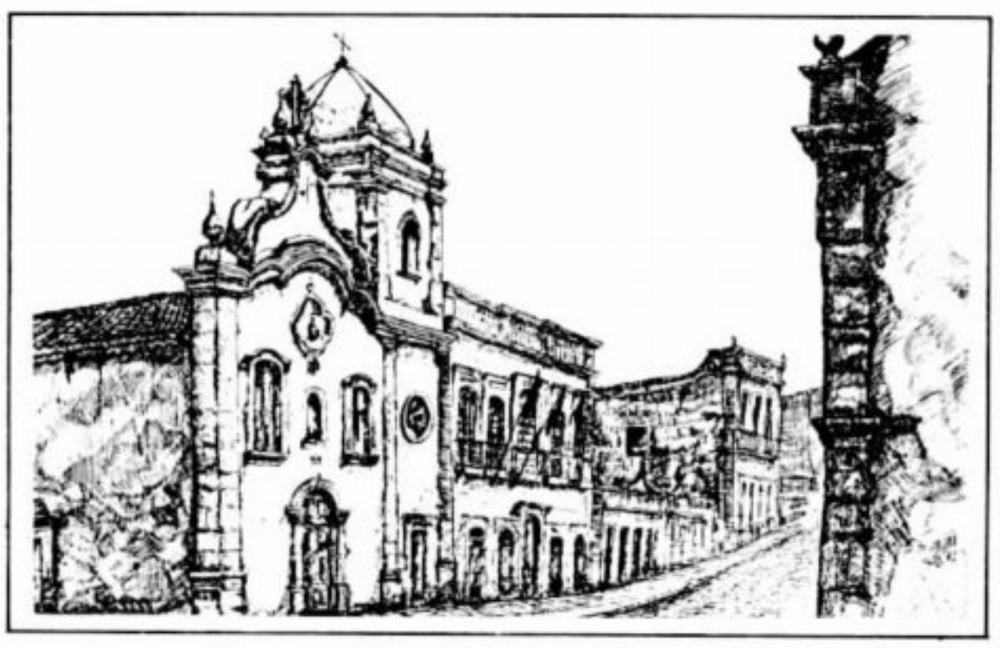
O projeto de restauração foi executado pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco — FUNDARPE, e as obras levadas a efeito pela Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, com recursos da Prefeitura Municipal de Olinda e da SPHAN/prómemória.

Histórico

No século XVII a América do Sul foi assolada por um surto de febre amarela. No Brasil, as cidades mais atingidas foram Salvador (BA) — onde o mal ficou conhecido como "bicha" — e Olinda (PE) — onde recebeu o nome de "peste".

A epidemia era fatal e matava rápido como uma flecha. A localização de Olinda, entre pântanos e mangues, e a falta de higiene sanitária da época, propiciaram o alastramento do mal.

Em 1645, Frei Manuel Calado relatou os acontecimentos da seguinte forma: "a seca foi tão rigorosa e as calmas apertavam demasiado por ser meio do verão, sobrevieram em Pernambuco duas doenças contagiosas de



Igreja de São Sebastião — Olinda.

catarros, pontadas e febres malignas com as quais morreu muita gente por toda a Capitania e com mortes tão apressadas, que dentro de 24 horas picava a enfermidade e o enfermo acabava a vida. Vendo o governador João Fernandes Vieira que isto era como ramo de peste, . . .mandou pôr no hospital (da Misericórdia) em altar, a imagem de São Gonçalo, aonde todos os dias se celebravam missas e logo ordenou que se fizesse uma procissão solene, na qual se levasse a imagem do Glorioso São Sebastião e se deixassem no hospital, para irem buscar na véspera de seu dia. . .".

Conforme relata o Salmo 7 do Velho Testamento, no Livro de Jó, "a peste é doença que mata rápido como a flecha espalhada por setas lançadas por um Deus irado". Por esse motivo, o povo apegou-se à sua fé e escolheu São Sebastião para protetor e advogado contra a "peste".

Em 22 de julho de 1686, os Oficiais da Câmara de Olinda escreveram ao Rei de Portugal comunicando a decisão de erigirem uma igreja para abrigar a imagem de São Sebastião.

Em 10 de julho de 1690, foi solicitada ao Rei permissão para a construção de um cais e de uma calçada no Varadouro. O projeto foi anexado à solicitação. A má construção das obras, que não seguiram o risco do projeto devido à não aprovação real da sua totalidade, ocasionou a estagnação das águas do rio Beberibe, que represadas formaram ". . .um grande lago de dilatada circunferência, o qual pela qualidade do clima e pela corrução das árvores, não só infecciona as águas, mas justamente os ares, exalando nocivos vapores, sendo esta a causa total de tantos males que se tem padecido" — Carta Régia, in *Anais Pernambucanos* — vol. IV. Esse fato gerou descontentamentos e reação dos habitantes, que em carta datada de 17 de agosto de 1713 comunicaram ao Rei, através do Senado e da Câmara, a necessidade de "derribar a tapagem do Varadouro".

Um templo foi construído rapidamente para que a aflita população pudesse fazer promessas e celebrar missas com a intenção de aliviar e acabar com a tensão causada pela "peste".

A Câmara manteve a igreja, desde a sua construção até meados do século passado, com um capelão e um sacristão, realizando festas anuais no dia do padroeiro.

Em 1854, reunida em sessão ordinária, precisamente no dia 27 de julho, a Câmara de Olinda resolveu conceder o pedido de licença dos irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Bomparto para se estabelecerem na Igreja de São Sebastião, desde que fosse realizada todo ano a festa do padroeiro, que as imagens já existentes na igreja não fossem deslocadas de lugar para colocação de outras e que não fossem realizadas obras sem a prévia aprovação da Câmara, entre outras pequenas exigências. Com o advento da República em 1889, a Câmara ficou impossibilitada juridicamente de administrar a igreja, sendo assim concedeu à Irmandade de Nossa Senhora do Bomparto a sua administração.

Em 1977, a Câmara resgatou o templo da Irmandade, pois além desta se encontrar com poucos irmãos, já não tinha mais os mesmos propósitos da época da concessão.

O monumento

A igreja primitiva, dado o curto espaço de tempo em que foi construída, devia ser de um só corpo, sem capela-mor. Dela apenas existem as ilhargas e a parede posterior, onde hoje está a capela-mor. Das inúmeras reformas por que passou, desde a sua construção até os nossos dias, a igreja apresenta hoje uma grande nave — com galerias inferior e superior — uma torre, o consistório e a fachada, com características do século XIX. No entanto, o estilo predominante do seu interior é do fim do séc. XVIII.

Quando se procedia às prospecções das obras, foi encontrado, por detrás do altar entalhado — do Lado do Evangelho — um altar pintado sobre a parede. Procedeu-se, então, à consolidação da camada pictórica, fixando-se o altar entalhado, com dobradiças, para poder ser apreciado.

A capela-mor e os altares colaterais mereceram restauros especiais. Na restauração foram renovados os revestimentos internos e externos, com restauro dos respectivos ornatos; construídas integralmente as coberturas e os pisos; foi imunizado todo o conjunto, inclusive os altares; reconstruída a cimalha real que havia desaparecido; renovadas as esquadrias; feita a pintura geral e instalada a rede de esgotos e a parte elétrica.

A Igreja de São Sebastião, apesar de não ser tombada a nível federal, estadual ou municipal, é mais um dos monumentos de que se orgulha a população olindense, contribuindo para que, cada vez mais, a cidade seja reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Janeiro/Fevereiro de 1985.

SPHAN 34

*pró*Memória

CEARÁ

3.ª DR restaura monumentos em Quixeramobim e Fortaleza

Dois projetos de restauração ocupam posição de destaque, em fevereiro, na área de atuação da 3.ª Diretoria Regional da SPHAN/prόMemória: o da Casa de Câmara e Cadeia de Quixeramobim (CE), cuja última etapa das obras se encontra em fase de conclusão, e o da antiga Assembléia Provincial, atual sede da Academia Cearense de Letras, em Fortaleza (CE), que teve acionada a primeira etapa de suas obras.

O primeiro projeto, gerido por administração direta, foi iniciado em outubro, a partir de um convênio firmado entre a Fundação Nacional prόMemória e a Prefeitura Municipal de Quixeramobim; e o segundo, viabilizado por outro convênio, assinado com o Governo do Estado do Ceará.

CASA DE CÂMARA E CADEIA

A Casa de Câmara e Cadeia de Quixeramobim, tombada pela SPHAN em 9 de fevereiro de 1972, foi construída entre 1818 e 1832 e sofreu poucas alterações até os dias de hoje, guardando, assim, seus principais elementos formais.

A edificação segue o partido geral das casas de câmara e cadeia, com volume de predominância cúbica e telhado baixo, em cuja composição fundem-se elementos de gosto popular com indícios tardios de influência oriental — característica da arquitetura luso-brasileira antiga. A escada externa de acesso ao nível superior é dotada de tribuna coberta e de dois lances, compondo pano de parede trapezoidal na fachada lateral e terminando em patamar junto à sineira.

Ergue-se em dois pavimentos: no térreo, a cadeia, e no pavimento superior, a câmara. Do programa da cadeia constavam duas enxovias, um salão — provavelmente do corpo de guarda, e uma cela solitária, localizada sob o desvão da escada. Do programa da câmara constavam o plenário e dois gabinetes.

Objetivando devolver à edificação sua volumetria original, foi demolido um puxado de construção posterior ligado à fachada lateral, onde funcionava a Delegacia de Polícia.

Como resultado das pesquisas e prospecções realizadas, concluiu-se terem sido transformadas em acesso duas janelas da fachada principal, na ocasião em que a construção do puxado emparedou a entrada existente na fachada lateral. Foram então resgatadas a porta principal e as duas janelas, que tiveram suas grades reconstituídas segundo um modelo existente.

Algumas janelas vedadas no pavimento superior foram reabertas e tiveram as respectivas esquadrias restauradas; a coberta foi totalmente recuperada com bom aproveitamento do madeiramento e das telhas.

As prospecções evidenciaram e possibilitaram, também, a manutenção de uma arcada entre dois compartimentos no térreo, e foram interligados os salões à antiga solitária, onde hoje se localizam os sanitários.

Os pisos e forros haviam sido, na sua maior parte, alterados. No térreo, o projeto substituiu o piso cimentado por tijoleira. E no pavimento superior — no plenário e num dos gabinetes — onde o tabuado possuía dimensões menores que as originais, foi substituído. Suprimiram-se os forros dos gabinetes — inexistentes anteriormente — e reaproveitou-se o forro do tipo "saia-e-camisa", do plenário.

Constaram também do projeto a implantação de novas redes de água, luz e esgoto; o agenciamento, conservando-se à frente da fachada principal um pátio pavimentado; e a ambientação paisagística da edificação.

O pavimento superior da Casa de Câmara e Cadeia de Quixeramobim é



Antiga Casa de Câmara e Cadeia de Quixeramobim.

CEARÁ

atualmente ocupado pela Câmara Municipal local, e o térreo, que vinha servindo ao Mobral e como depósito, terá suas salas adaptadas à realização de exposições.

Antigo centro de povoamento do sertão cearense, cuja base econômica era a pecuária extensiva, Quixeramobim foi muito descaracterizada do ponto de vista arquitetônico urbano. Restam, no entanto, algumas construções de interesse, entre as quais a antiga Casa de Câmara e Cadeia. Foi em Quixeramobim que nasceu Antonio Mendes Maciel, o Antonio Conselheiro, figura célebre na história política e social do país. Líder carismático do episódio de Canudos.

ANTIGA ASSEMBLÉIA PROVINCIAL

O edifício da Assembléia Provincial de Fortaleza teve sua construção iniciada em 1856 e foi inaugurado somente em 1871. Projetado por Adolpho Herbster, engenheiro pernambucano de ascendência suíça, o monumento foi tombado pela SPHAN em 28 de fevereiro de 1973, por ser marco representativo do neoclassicismo oficial brasileiro.

A construção, um bloco em forma de paralelepípedo em dois pavimentos, é coberta por um telhado de quatro águas, apoiado em tesouras do tipo paládio. A fachada principal possui frontão e arquivolta em cantaria ornando a porta principal, precedida por quatro colunas, também em pedra, com entablamento dórico-romano. Este pórtico sustenta balcão com balaustrada para o qual se abrem três janelas rasgadas, situadas abaixo do frontão clássico, com brasão próprio da República no tímpano. As fachadas norte e sul têm dez janelas em arco pleno no térreo e treze no piso superior, estas com balcões em ferro trabalhado. A fachada principal também apresenta uma série de janelas que ladeiam o pórtico e o balcão com balaustrada. O prédio é coroado com cornijamento e platibanda.

A construção apresenta-se em precário estado de conservação, já que a maioria das intervenções até então realizadas não tiveram um projeto que as orientasse.



Academia Cearense de Letras, em Fortaleza, antiga Assembléia Provincial.

Para esta etapa inicial, além de algumas demolições internas e prospecções, os trabalhos se constituem na consolidação da estrutura da coberta, implicando no reforço ou substituição de grande parte do madeiramento; substituição da maior parte do barroteamento; imunização das peças de madeira; e na substituição de calhas e descidas de águas pluviais, que se encontram interrompidas e, conseqüentemente, provocando infiltrações.

Para os próximos estágios do projeto estão previstas as intervenções necessárias à inclusão de um elevador, uma cantina e sanitários, além da recuperação dos forros, quase todos de "saia-e-camisa", com exceção do existente no plenário. Será recuperado também o assoalho do pavimento superior, bastante danificado devido a reformas anteriores e às compartimentações sofridas pelas salas, subdivididas em gabinetes.

É meta, ainda, a implantação de novas instalações hidro-sanitárias e elétricas, uma vez que as atuais se encontram irrecuperáveis, e a execução de instalações contra incêndio.

As fachadas, em mau estado, terão suas esquadrias recuperadas, serão limpas e, finalmente, devidamente pintadas.

Em 1853, o então presidente da província, Joaquim Vilela de Castro Tavares, em relatório apresentado à Assembléia, chamou a atenção para a "necessidade de uma casa condigna às funções que exerciam os legisladores da província, visto como a que existia mais parecia edifício destinado às sessões de alguma municipalidade da aldeia". Concluída a operação de compra da área foi construído o antigo edifício da Assembléia Provincial, palco de vários episódios de interesse histórico, entre os quais os debates e os atos que promoveram a libertação dos escravos do Ceará, emancipados em 1884, quatro anos antes da abolição da escravatura.

SPHAN 34
próMemória

CONSELHO CONSULTIVO

O Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional reuniu-se pela primeira vez no ano de 1985 a 22 de janeiro, tendo como local do encontro a Ilha de Anhatomirim, em Santa Catarina. Nessa ocasião, foram aprovados pelos Conselheiros os tombamentos da Avenida Modêlo à Rua Regente Feijó e do Parque Guinle, ambos localizados no Rio de Janeiro; do Hotel do Parque São Clemente, em Nova Friburgo (RJ); do Sitio Santo Antonio da Bica, em Barra de Guaratiba (RJ); da Casa Presser, em Novo Hamburgo (RS); da Casa do Professor — Escola Rural de Timbó (SC) e da Casa Rural, na Costeira do Ribeirão, em Florianópolis (SC).

Na segunda reunião do primeiro bimestre de 85, realizada no dia 7 de fevereiro, sob convocação extraordinária, o Conselho Consultivo deliberou, por unanimidade, desaprovar a proposta do Governo do Estado do Rio de Janeiro de implantar o Memorial a Getúlio Vargas em área contígua ao Passeio Público — bem tombado pela SPHAN — assim como não aceitou a hipótese de implantação do Memorial na pequena praça aos fundos da Igreja da Candelária — também tombada.

Ribeirão da Ilha

A história da Ilha de Santa Catarina está diretamente ligada à das famílias açorianas e madeirenses que vieram para o Brasil com o intuito de colonizar, não somente a Ilha, como também todo o Estado.

Situado na parte meridional da Ilha, Ribeirão da Ilha foi criado por alvará de 11 de julho de 1809, sob a invocação de Nossa Senhora do Ribeirão. Sua sede foi elevada à categoria de vila pelo Decreto-Lei Estadual n.º 86, de 31 de março de 1938. Em 1816, a população não era superior a 1.436 habitantes.

A região do Ribeirão é quase toda agrícola; entretanto, por volta de 1900, pelas encostas e planos, era favorecida a plantação de mandioca, cana, milho, feijão e café.

O relator do Processo de Tombamento, Conselheiro Alcídio Mafra de Souza, destacou a importância da preservação "do que talvez seja um dos derradeiros testemunhos da atividade rural dos imigrantes açorianos na Ilha de Santa Catarina. Referido, desde o limiar do século passado, por ilustres cientistas estrangeiros que aqui estiveram e comentado por outros tantos historiadores catarinenses, não menos ilustres, o tipo de construção que ora se procura salvaguardar para a posteridade está ligado, inequivocadamente, a tipo de economia de subsistência desenvolvido nas paragens catarinenses.

"A preocupação de evitar o desaparecimento deste exemplar arquitetônico derradeiro, cremos — por força dos graves prejuízos trazidos ao patrimônio cultural edificado anteriormente na Ilha de Santa Catarina, pelo processo de urbanização em curso — deva ser aprovada, como preito de reconhecimento a monumento de alta significação histórica e arquitetônica e que sejam estudadas medidas acauteladoras com relação ao ambiente em que se situa o imóvel, evitando-se sua descaracterização", conclui o Conselheiro.



Barracão de serviços da Casa Rural.

Casa Rural

Considerada um exemplar representativo da construção luso-brasileira de Santa Catarina, a Casa Rural, localizada na costeira do Ribeirão da Ilha, em Florianópolis, teve seu tombamento solicitado — e aprovado — pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis — IPUF.

Construída entre os séculos XVII e XIX, a Casa Rural esteve ligada ao desenvolvimento de atividades agrícolas de subsistência e conserva ainda seu engenho de farinha e terreiro de café, valiosos documentos de sua história.



Casa Rural na costeira do Ribeirão da Ilha, Florianopolis (SC).

Casa Presser

Estudos realizados por Ernesto Frederico Scheffel e Angela Tereza Sperb, acompanhando o pedido de preservação definitiva da Casa Presser, deram início ao processo de tombamento da casa de Johann Peter Schmitt, fundador do Hamburgerberg, núcleo que deu origem à cidade de Novo Hamburgo (RS), onde se localiza o imóvel.

Johann Peter Schmitt era comerciante, natural de Bechenheim, Hessen, na Alemanha, e chegou a São Leopoldo como colono imigrante em 31 de dezembro de 1825, sendo o grande impulsionador da atividade comercial em Hamburgo Velho. Os estudos de Ernesto e Angela têm como objetivo provar a importância histórica e cultural que a Casa Presser e a cidade tiveram como embrião da atual Novo Hamburgo: "Cerca de 80% das casas da Hamburgerberg — hoje bairro de Hamburgo Velho — são anteriores a 1930, o que dá uma visão global do desenvolvimento urbano desde as origens da colonização alemã na Costa da Serra-Vale dos Sinos, em 1824, até os dias atuais. O bairro é formado por considerável patrimônio arquitetônico que está ameaçado pela especulação imobiliária, numa cidade que tem acelerado crescimento demográfico e econômico".

Segundo o parecer, anterior à aprovação do tombamento, do Arquiteto Günther Weimer, professor da Faculdade de Arquitetura do Rio Grande do Sul e que desde 1970 dedica-se ao estudo da arquitetura da imigração alemã no Estado, a preservação e restauração da antiga Casa Presser é aconselhável por se tratar de um prédio altamente significativo da arquitetura teuto-brasileira. "Se a comunidade novo-hamburguense já demonstrou considerável amadurecimento cultural ao preservar e restaurar uma obra do fim do século passado, de influências neoclássicas, como a Galeria Municipal de Arte, ela deveria se sentir desafiada a restaurar um prédio de valores arquitetônicos muito superiores — mais autêntico, mais expressivo e de maior significância histórico-construtiva — como é o velho casarão Presser", acrescenta Günther Weimer.

A obra

Em 13 de abril de 1981, o Decreto-Lei Municipal n.º 42/81 declarou de utilidade pública para fins de desapropriação do domínio pleno, parte do imóvel, destinando-o à preservação do patrimônio histórico e cultural do Município. Segundo o Decreto, o imóvel deverá ser transformado em museu local, atitude apoiada pelo Conselho Consultivo do PHAN.

Atualmente a Casa Presser passa por trabalhos de restauração, com recursos iniciais da Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil — APLUB.

A estrutura em enxaimel — sistema de peças de madeira encaixadas, cujos tramos são vedados com taipa e alvenaria — é uma das formas mais expressivas da cultura trazida pelo imigrante alemão para o Estado. Não se trata apenas de uma tecnologia simplesmente transplantada para o solo gaúcho, uma vez que ela se sujeitou a profundas e significativas mudanças e às condições do novo meio, constituindo-se "num inestimável patrimônio da cultura nacional". Esta arquitetura caracteriza e expressa a forma construtiva dos imigrantes alemães e seus descendentes durante o século passado, até a Primeira Guerra Mundial, na chamada colônia velha, da encosta da serra. Em toda esta região desenvolveu-se essa arquitetura, com leves variantes locais influenciadas pela origem diversa dos imigrantes.

Apesar de se constituir num fenômeno do mais alto significado cultural, na opinião de estudiosos, esta arquitetura não havia recebido até o momento as atenções de que é merecedora. O Arquiteto Günther Weimer confirma: "Toda a região da colônia velha apresentava numerosos exemplares dessa arquitetura, mas que, por razões várias, foram desaparecendo a olhos vistos e de forma cada vez mais rápida. Se não forem tomadas enérgicas providências, não estará longe o dia em que teremos perdido os últimos exemplares".

Casa do Professor

Os primeiros imigrantes de origem alemã chegaram à região por volta de 1867 e estabeleceram-se às margens dos rios Benedito e Cedros. Dois anos mais tarde, o imigrante Frederico Donner fundou o povoado de Timbó — hoje cidade do Estado de Santa Catarina — e a partir daí vários grupos de estrangeiros foram atraídos para lá.

Com o passar do tempo, os filhos dos imigrantes atingiam idade escolar e a caminhada até a escola — aproximadamente 8 km — tornava-se difícil. Os habitantes da então Vila de Timbó, resolveram, em 1887, construir uma escola mais próxima a fim de facilitar a instrução de seus descendentes. O prédio construído funcionava também como centro de reuniões recreativas e cultos religiosos. Cada morador colaborava mensalmente com uma quantia, a fim de cobrir as despesas de manutenção.

O primeiro professor da antiga escola chamava-se Schulz e sabe-se que este constituiu família e requereu uma moradia. Seu pedido foi aceito e em 1897 já havia junto ao colégio uma construção em enxaimel, com espaço suficiente para abrigar uma família.

CONSELHO CONSULTIVO







Casa do Professor, Timbó (SC).

O Prefeito de Timbó, Ingo Germer, responsável pelo pedido de tombamento da Casa do Professor, relata a importância de se preservar definitivamente o imóvel: "Formulamos o pedido de ser colocada sob guarda nacional, uma obra que verdadeiramente atesta o conjunto arquitetônico original teuto-brasileiro da Escola Rio dos Cedros, ainda mais quando os seus descendentes mantêm no mesmo lugar outras edificações em enxaimel, destinadas a integrar o roteiro cultural de Timbó em futuro próximo. Por isso, a grata presença da SPHAN há de despontar como um passo inicial na preservação de uma cultura ameaçada".

Baseado nestas declarações e apoiado nos estudos que constam no Processo de Tombamento, o Conselho Consultivo decidiu ser importante a inclusão da Casa do Professor no Livro do Tombo. O Conselheiro Alcídio Mafra de Souza observa, no processo: "É com satisfação, pois, que vemos, no presente processo — muito bem instruído, acentue-se — o que talvez seja a primeira postulação de tombamento de imóvel que configura essa interação entre o imigrante de linhagem germânica e o país que o acolheu".

"É importante, cremos, revermo-nos nesta obra, nesta escola. Importante não apenas pelo passado que nele se encerra, mas sobretudo, pela evidência de um presente realizador — pois só este pode permitir a sobrevivência de nossas mais caras tradições", complementa o Conselheiro.

Casarão do Chá

Localizado no bairro de Cocuera, em Mogi das Cruzes (SP), o Casarão do Chá, construído pelo arquiteto-carpinteiro — como era conhecido — japonês Kazuo Hanaoka, em 1942, é um dos mais valiosos exemplares da arquitetura nipo-brasileira, que desde algum tempo vem sendo objeto de estudos no Estado de São Paulo.

A solicitação para tombamento a nível federal — já era tombado pelo Estado — do Casarão, já vinha sendo feita pela população de Mogi há algum tempo, apoiada pela Faculdade de Arquitetura Brás Cubas e pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Mogi das Cruzes, representadas por seus professores e alunos, e pela seção do Instituto dos Arquitetos do Brasil naquela cidade.

Com o tombamento do Casarão, aprovado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pretende-se a restauração do imóvel e sua transformação em Museu da Colônia Japonesa, que, segundo pesquisadores, muito tem contribuído para o progresso e a riqueza do Município e do País.

O relator do processo de tombamento do Casarão do Chá, Conselheiro Eduardo Kneese de Mello, assim expressa seu pensamento sobre o imóvel, no que é apoiado pelos outros integrantes do Conselho Consultivo: "Associo-me com entusiasmo ao movimento que vem sendo feito pela gente mogiana, no sentido de restaurar e preservar o Casarão do Chá, que representa um monumento de real valor histórico, representante da colaboração de um povo distante, de cultura diferente, que vem enriquecer o patrimônio cultural, e especialmente arquitetônico, de nosso país.

Mogi

Mogi das Cruzes é uma das mais antigas povoações erguidas no planalto paulista. Fundada no último decênio do século XVI, em 1.º de setembro de 1611 foi elevada à vila. No entanto, só veio adquirir importância econômica para o Estado no decorrer do século XX, ao transformar-se em centro hortifrutigranjeiro abastecedor das cida-

CONSELHO CONSULTIVO



Casarão do Chá, Mogi das Cruzes (SP).

des de São Paulo e Rio de Janeiro. Para a implantação e desenvolvimento da produção hortifrutigranjeira em Mogi, foi decisiva a contribuição dos imigrantes japoneses, que ali se fixaram a partir de 1919, ainda no primeiro período da imigração japonesa para São Paulo.

No transcorrer desse período, os nipônicos foram encaminhados para a região pelas companhias de emigração do Japão, constituindo-se em famílias de lavradores, com passagem parcialmente subvencionada pelo Governo paulista e tendo como destino final, a lavoura cafeeira onde trabalhariam como colonos. A maioria desses imigrantes começou como mão-de-obra assalariada nas fazendas de café, passando em seguida à condição de arrendatários e finalmente, à de pequenos proprietários.

Na década de 30, o processo de formação da colônia japonesa em Mogi intensificou-se com a vinda de imigrantes provenientes das áreas de cultivo de batatinha dos tipos Cotia, Mairiporã e Taipas e com o deslocamento de colonos de cereais, que adquiriram, nesse Município, pequenas glebas de quatro a cinco hectares para o plantio de verduras e frutas. Fixaram-se também em Mogi, lavradores vindos do Japão, embora em número menor. Dentre estes, o arquiteto-carpinteiro Kazuo Hanaoka.

O imigrante

Kazuo nasceu em Kamissuwa, Província de Nagano. Filho de Umeya Hanaoka, aprendeu com o pai as técnicas da construção, carpintaria e marcenaria japonesas, aperfeiçoando-se nas construções de templos e castelos nipônicos.

Kazuo veio para o Brasil a convite de Fukashi Firihata, engenheiro agrônomo enviado em 1922 pela Sociedade Katakura, tradicional produtora de tecidos de seda no Japão que, ao se inviabilizar o projeto de criação do bicho da seda em terras brasileiras, dedicou-se à produção de chá e hortifruticultura. Kazuo começou como lavrador e depois participou de construções de novas casas pelo Estado de São Paulo. Em 1942 recebeu a incumbência, de Furihata, de desenvolver o projeto de construção da nova fábrica de chá da propriedade Katakura.

Após relutar, em razão de nunca ter construído o que lhe propunham, aceitou a incumbência e ergueu o Casarão do Chá, concluindo a obra em setembro de 1942.

Edificação

As diversas etapas do processo de edificação do Casarão do Chá mostram como Hanaoka adaptou as técnicas construtivas japonesas, e o complexo programa de uso da fábrica, aos condicionantes impostos pela localização e pelos materiais, técnicas e mão-de-obra existentes na região.

Kazuo Hanaoka adotou medidas minuciosas no manejo da madeira, desde seleção de cada árvore até a montagem completa da estrutura. Entre seus cuidados inclui-se até mesmo a observância da tradição popular, realizando o corte dos eucaliptos — madeira utilizada na estrutura da casa — durante o quarto minguante. Neste período, a madeira torna-se mais resistente ao ataque de insetos, segundo essa tradição.

Para amolecimento da casca, as peças de madeira foram submersas duas semanas em um lago artificial da própria fazenda. Simultaneamente, definiu-se e preparou-se o terreno, na base de uma colina próxima à várzea



CONSELHO CONSULTIVO

do Córrego Capixinga. Essa implantação demandou a regularização do perfil do terreno, através de um aterro sustentado por muro de arrimo construído em pedra e barro, localizado na face posterior do Casarão.

O conjunto estrutural apóia-se sobre os blocos de pedra da fundação. Não há nenhum tipo de amarração entre a estrutura e esses blocos. Estes auxiliam igualmente na conservação do madeiramento, evitando que a umidade do terreno o atinja diretamente.

A cobertura principal do edificio, sobre o pavimento superior, é composta por tesouras apoiadas nas duas fileiras centrais de pilares. O pavimento térreo, com área maior que o superior, apresenta um telhado de estrutura mais simples, com vigamento apoiado entre os pilares centrais do edificio e os periféricos. Em toda a cobertura foram utilizadas telhas do tipo "francesa". Nenhum prego foi utilizado na construção.

As caracteristicas formais que melhor evidenciam a influência da arquitetura japonesa no projeto do Casarão do Chá estão expostas no desenho de sua cobertura. O telhado remonta àqueles dos templos e castelos japoneses.

Hotel e Parque

"Trata-se não apenas do valor arquitetônico daquelas duas obras, mas também, e especialmente do seu valor histórico, como importantíssima contribuição à nossa arquitetura, exatamente no momento em que ela se transforma e se liberta". Estas são algumas palavras do relator do Processo, membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Eduardo Kneese de Mello, em relação ao Hotel do Parque São Clemente, localizado na cidade de Nova Friburgo (RJ) e ao Parque Guinle, no bairro de Laranjeiras, no Rio de Janeiro (RJ), obras do considerado arquiteto Lúcio Costa, propostas para tombamento pela 6.ª Diretoria Regional da SPHAN, em 29 de dezembro de 1984.

A justificativa para a preservação definitiva dos imóveis está sintetizada num trecho do parecer da Diretoria de Tombamento e Conservação da SPHAN: "Inquestionável é o papel de Lúcio Costa na história da arquitetura brasileira e portanto inquestionável é, também, a validade do reconhecimento de elementos significativos de sua obra como patrimônio nacional". E também no breve comentário, constante no estudo do arquiteto Antonio Pedro de Alcântara, da SPHAN: "Parece-nos chegado o momento da SPHAN e do país saldarem uma dívida com seu antigo servidor, desmentindo o dito popular 'santo de casa não faz milagre' ".

Abaixo, um perfil das obras tombadas, no depoimento do Arquiteto Yves Bruand, especializado na história dos tempos moderno e contemporâneo:

Hotel

"Encarregado, por César Guinle, de projetar uma pousada destinada a uma clientela interessada na compra de terrenos, Lúcio Costa construiu, em 1945, essa obra marcante, numa demonstração das possibilidades de uma arquitetura contemporânea livre de todo complexo ou preconceito em relação ao passado.

"Inteiramente feito de materiais naturais ou de fabricação elementar, disponíveis no local — solução do ponto de vista econômico — o hotel é



Hotel do Parque São Clemente, Nova Friburgo (RJ).

CONSELHO CONSULTIVO

integralmente moderno, tanto no espírito quanto no tratamento.

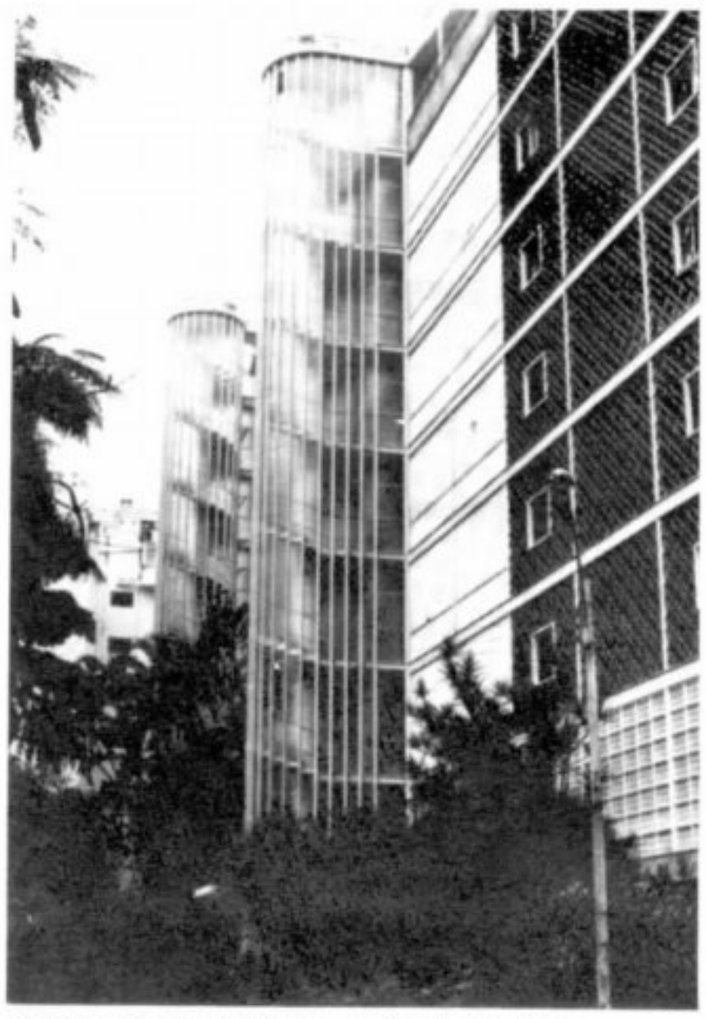
"Trata-se de um edifício com estrutura independente, permitindo o livre desenvolvimento de uma planta funcional; andar térreo sobre pilotis, parcialmente fechado por grandes superfícies envidraçadas, e piso superior em balanço, onde todos os quartos servidos por uma galeria posterior, dão para uma varanda privativa, gozando da melhor orientação e da melhor vista da paisagem.

"Lúcio Costa ao decidir projetar um edifício em madeira provou que a arquitetura contemporânea não estava obrigatoriamente ligada ao emprego de materiais artificiais.

"O edifício possui um caráter de simplicidade rústica, muito apreciado pelas pessoas a que se destina. Insere-se sem violência numa paisagem inteiramente respeitada, oferecendo ao mesmo tempo um conjunto de soluções funcionais.

"O hotel, portanto, é um notável exemplo de uma arquitetura hábil, ponderada, fruto da reflexão e da intuição e onde a imaginação submeteu-se à razão".

o passado, ao lançar mão de processos que anteriormente abordara em suas casas: de um lado, a riqueza decorativa de painéis de elementos vazados, de outro, o apelo à cor. A síntese obtida é notável. Os prédios do Parque Guinle, concebidos na mesma escala do con-



Conjunto Residencial do Parque Guinle, Rio (RJ).

texto a que deviam adaptar-se, preenchem admiravelmente sua função, tanto no plano urbanístico, quanto no puramente arquitetônico. Eles são plenamente representativos da obra de um discípulo de Le Corbusier, cujos princípios aí estão rigorosamente aplicados, mas são mais do que isso. A perfeita coerência das soluções funcionais que orientaram as pesquisas de toda ordem e levaram à concepção plástica final, a pureza dos volumes geométricos simples de cada um dos blocos, a regularidade das proporções modulares, a preocupação com o equilíbrio que domina a composição, vinculam os edifícios diretamente à escola racionalista — mas segundo uma versão nova e personalizada, tipicamente brasileira, elaborada por Lúcio Costa. Leveza, valorização das superfícies externas, rejeição da austeridade sistemática do estilo internacional de 1930, vinculação consciente com a tradição local sem prejuízos de caráter contemporâneo — são essas as qualidades marcantes dessa obra que, sem dúvida, se caracteriza como um dos maiores êxitos da arquitetura contemporânea no Brasil".

Parque Guinle

"A originalidade do conjunto deve-se às afinidades que Lúcio Costa conseguiu estabelecer entre esses edifícios puramente modernos e a tradição local, graças a uma hábil transposição de certas particularidades desta tradição: transposição bastante explícita para impor-se por si mesma aos espíritos menos prevenidos, mas bastante completa para inserir-se naturalmente. Numa arquitetura sem relação verdadeira e imediata com nenhuma daquelas que a precederam. De fato, não mais temendo o risco de uma conclusão formal de tipo neocolonial, em obras pertencentes a uma categoria, decorrente da civilização industrial e marcadas técnica e estilisticamente por esta, Lúcio Costa não vacilou em estabelecer uma ligação espiritual com

Avenida Modêlo

O tema "Habitações coletivas", entre elas as vilas operárias que proliferaram no final do século XIX e início deste, coincidindo com o início da industrialização e da metropolização dos principais núcleos urbanos, mereceu estudo aprofundado, analisando-se diferentes tipos e programas, em diversas cidades, por se constituir novidade na abordagem da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Encaminhado pela 6.ª Diretoria Regional da SPHAN, o pedido de tombamento do conjunto de edificações situado à Rua Regente Feijó — denominado Avenida Modêlo — apóia-se na expressiva representatividade da edificação como exemplar tipológico da dinâmica urbana da passagem do século XIX para o XX, no centro da Cidade do Rio de Janeiro, no seu estado praticamente íntegro, qualidades estilísticas e apuro técnico, conferindo à edificação qualidades históricas e artísticas.

Janeiro/Fevereiro de 1985.

SPHAN 34
próMemória

CONSELHO CONSULTIVO



Casa à Rua Regente Feijó, conhecida como Avenida Modêlo, Rio (RJ).

Habitações

No Rio de Janeiro, inicialmente, as habitações coletivas localizaram-se principalmente nas ruas centrais, devido ao desenvolvimento, nesta área, de diversas funções — portuária, comercial, entre outras — atraindo um grande número de pessoas e, conseqüentemente, aumentando a necessidade de habitações que as abrigassem.

A partir de meados do século XIX, as atividades desenvolvidas no centro da cidade especializaram-se nos setores de comércio e de serviços, substituindo gradativamente o uso da habitação. Esse processo foi controlado em parte pelas Posturas Municipais, que restringiram a localização de determinados tipos de habitações em determinadas áreas da cidade, ao mesmo tempo que ofereciam incentivos fiscais para a construção de casas populares.

O conjunto é constituído de um sobrado e oito casas térreas.

O sobrado edificado no alinhamento do logradouro e nas divisas do lote, possui duas entradas independentes: uma serve de acesso ao 2.º pavimento e a outra, um portão de ferro com a inscrição "Avenida Modêlo", dá acesso, através de um corredor aberto em arco de apoio, aos cômodos/quartos adaptados, ao pavimento térreo do sobrado e às casas situadas no fundo do lote.

As casas térreas, numeradas por algarismos romanos, em ordem crescente, são alinhadas em série, tendo ao lado uma servidão de caráter privado, com inclinação e passagem para o escoamento de água, ao mesmo tempo que separa a área de lavanderia da habitacional.

No sobrado, as características formais da fachada são representativas da passagem do século XIX ao XX. Em toda a altura, o primeiro pavimento é revestido por cantaria. Também de pedra são as ombreiras das portas e janelas, assim como as vergas, em forma de arco pleno. A bacia do balcão do segundo pavimento é — igualmente — de pedra.

O estado de conservação atual do conjunto é regular, sendo que o sobrado é o que está em piores condições, por falta de manutenção e uso.

O Sítio de Burle Marx

Localizado na Estrada da Barra de Guaratiba, 2019, Rio de Janeiro, o Sítio Santo Antonio da Bica, de propriedade do paisagista Roberto Burle Marx, teve seu tombamento aprovado pelo Conselho Consultivo da SPHAN, após ter como início da caminhada para esta decisão uma solicitação, através de abaixo-assinado, de destacadas personalidades do meio cultural, justificado pelo "inegável valor cultural e científico da coleção de plantas tropicais lá existentes".

O monumento aprovado para tombamento compõe-se de Casa Principal, Capela, coleções de arte popular e erudita, o mobiliário, as obras — pinturas, desenhos — representativas das diversas fases do artista e peças de arte de cantaria, além de toda a reserva botânica, coletada pelo paisagista durante mais de trinta anos, contendo exemplares da Amazônia, Porto Rico, Haiti, Equador, África, Índia etc.

Através de suas excursões pelas regiões fitogeográficas do Brasil, Burle Marx recolheu numerosas plantas autóctones, criando uma das mais importantes coleções florísticas do mundo, procurada por estudiosos brasileiros e estrangeiros, que nela encontram espécies ainda desconhecidas da flora brasileira, espécies raras ou em vias de extinção, quando não únicas, já que muitos dos locais onde se fizeram as coletas desapareceram vítimas de depredação do homem.

Predominam na coleção as famílias Aráceas — cerca de quinhentas espécies de filodendros e 250 de antúrios; Bromeliáceas — cerca de duzentas espécies; musáceas — cerca de 120 espécies; Orquidáceas — cerca de duzentas espécies e Velloziáceas — cerca de 95 espécies.

O parecer emitido pela Diretoria de Tombamento e Conservação da SPHAN é altamente favorável ao tombamento do Sítio Santo Antonio da Bica: "Trata-se de um tombamento histórico, na medida em que se procura preservar o ambiente onde vive e produz Roberto Burle Marx. Com a sensibilidade que lhe é característica, ele identificou-se com o sítio e com os móveis, de longa data lá implantados e acrescentando-lhes, ao longo de sua vivência, o enriquecimento que sua personalidade de cientista e artista plástico possibilita criar".

NOTICIÁRIO

EXPED lança Guia dos Bens Tombados-MG



A Editora Expressão e Cultura, do Grupo Gilberto Huber, promoveu no dia 31 de janeiro, na sede do Museu Nacional de Belas-Artes, no Rio de Janeiro, o lançamento do livro "Guia dos Bens Tombados — Minas Gerais".

Resultado de um vasto trabalho de pesquisa realizado nos arquivos da SPHAN por Wladimir Alves de Souza — coordenador da sua execução — a obra contém 223 verbetes, dos quais 194 são ilustrados a bico-de-pena por Elisa Maria dos Santos Vidal, Elizabeth da Silva Prieto, Felipe Eduardo Alves de Souza, Jimmy Scott, Sussy e pelo próprio professor Wladimir.

Formando um verdadeiro retrato da arte colonial brasileira, onde constam o histórico e a descrição dos bens patrimoniais artísticos, históricos e culturais tombados, existentes em 54 municípios mineiros, o Guia dos Bens Tombados — Minas Gerais tem 468 páginas e é prefaciado por Tancredo de Almeida Neves.

Patrimônio continua no volante

Em comemoração à devolução de mais um monumento histórico recuperado pela SPHAN/próMemória, circulou por todo o Brasil, na semana de 14 a 20 de janeiro, a fotografia do Paço Imperial, localizado na Praça XV do Rio de Janeiro, que tem sua inauguração marcada para o dia 6 de março de 1985, após grande período de restauração (ver matéria neste número).

O veículo utilizado foi o volante do teste 736 da Loteria Esportiva, dando continuidade ao projeto elaborado pela Área de Desenvolvimento de Projetos Especiais para Difusão Cultural, da próMemória (SPHAN n.º 32, pág. 42). Para este ano já está acertada junto à Caixa Econômica Federal a utilização de mais três patrimônios culturais — a serem definidos — nos testes 751, 765 e 780.

Inauguração e prêmio na Biblioteca Nacional

O sistema elétrico para climatização do acervo da Biblioteca Nacional entrará em funcionamento no próximo dia 5 de março.

Entre as novas instalações a serem inauguradas estão: uma câmara subterrânea de distribuição de energia, um novo quadro geral de baixa tensão e um centro de carga completamente reformado.

Com essas modificações, o acervo da BN contará com maior segurança quanto a incêndio e melhor conservação com referência a temperatura e umidade relativa adequadas ao armazenamento das obras que ali se encontram.

Na ocasião será feita uma demonstração do Laboratório de Restauração da BN, com todos os seus novos equipamentos em funcionamento, bem como uma apresentação do fluxo do livro nas atividades de higienização e restauração.

Premiação

No dia 12 de março, a BN premiará, pela primeira vez, personalidades brasileiras por relevantes serviços prestados àquela instituição, ao livro, à biblioteconomia e à cultura brasileira. O prêmio em questão é a Medalha Biblioteca Nacional, que será ofertada primeiramente a Célia Ribeiro Zaher, José Mindlin, Jota Efegê e Luiz Simões Lopes.

Com um concerto nas escadarias da BN, o Conjunto de Música Antiga da Universidade Federal Fluminense abrilhantará a solenidade.

NOTICIÁRIO

Escritório Técnico de Natal

A 3.ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória está implantando o Escritório Técnico de Natal, que abrangerá o Estado do Rio Grande do Norte. Sua proposta básica é de proteção e valorização de arquivos e bens de valor histórico, artístico, arqueológico, etnográfico e paisagístico; além de difusão e orientação ao estudo e conhecimento desses mesmos bens.

O Escritório Técnico de Natal promoverá o inventário do acervo cultural do Rio Grande do Norte e dará, também, subsídios para a condução de novas propostas de tombamento, servindo como instrumento para atingir as atividades de preservação.

Algumas obras de restauração também estão previstas, além daquelas já em execução, atualmente, nas ruínas da Capela do Engenho de Cunhaú e no Mercado Público de Ceará-Mirim.

O Estado do Rio Grande do Norte possui relativamente poucos monumentos tombados pela SPHAN, entre os quais destaca-se o Forte dos Reis Magos (SPHAN n.º 28, pág. 18).

Prêmios INL 85

No período de 2 de janeiro a 31 de maio de 1985, estarão abertas as inscrições para os prêmios distribuídos todos os anos pelo Instituto Nacional do Livro-INL.

Este ano, o Prêmio Literário Nacional tratará dos gêneros Romance e Biografia, nas categorias de obras inéditas e obras publicadas. O Prêmio de Biblioteconomia e Documentação destina-se apenas a obras inéditas que versem sobre qualquer tema dessas disciplinas, desde que relacionado com o Brasil. O Prêmio Nacional de Tradução selecionará a melhor tradução de obra literária.

Os originais inéditos devem ser apresentados pelos participantes em três vias datilografadas, sob pseudônimo. Para fins de identificação, o autor deverá enviar, em envelope fechado acompanhando os originais, uma ficha com seu nome e endereço completos, bem como o título do trabalho e o pseudônimo utilizado.

As obras publicadas, lançadas em 1.ª edição no correr dos últimos três anos, também devem ser apresentadas em três exemplares, acompanhadas dos nomes e endereços completos dos autores. No caso das traduções, o candidato deverá incluir pelo menos uma via da obra no idioma original.

As inscrições para concorrer aos prêmios do INL deverão ser feitas nos seguintes endereços: SCRN 704/705 — Bloco C — n.º 40 — Brasília — CEP. 70.730; Rua da Imprensa, 16/1511 — Rio de Janeiro — CEP. 20.030 e Rua Apa, 83 — São Paulo — CEP. 01.201. São aceitas inscrições pelo correio, sob registro, cuja data será considerada para efeito de validade do prazo de inscrições.

A fotografia de Ferrez

"A Fotografia no Brasil 1840-1900", de Gilberto Ferrez, publicada pela primeira vez em 1947 na Revista do Patrimônio, mereceu uma nova edição da FUNARTE e da Fundação Nacional próMemória, dentro da nova linha editorial "História da Fotografia no Brasil". A obra será lançada no dia 5 de março, no Salão Portinari do Palácio da Cultura do MEC, integrando a programação do Seminário "Preservação de Fotografias", promovido pelo Infoto e Secretaria da Cultura do MEC.

Bem diferente da primeira edição, em versão reduzida, o livro a ser lançado apresenta 256 reproduções de trabalhos dos mais importantes fotógrafos e daguerreotipistas que atuaram no país de 1840 a 1900. Nele se encontram retratos, paisagens e até um pouco de fotojornalismo, conceito praticamente inexistente na época, que possibilitam um "passeio" no Brasil do século XIX. Segundo seu autor é impossível o estudo da História mais recente sem pesquisar as fotografias de época.

Entre outras, a obra de Gilberto Ferrez apresenta uma fotografia datada de 1893 mostrando os membros da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, que demarcou no Planalto de Goiás um quadrilátero na região onde hoje está Brasília.



NOTICIÁRIO

Selos e postais retratam monumentos

Como resultado de acordo firmado com a Fundação Nacional próMemória, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos estará lançando, no próximo dia 18 de abril — data consagrada ao Patrimônio Mundial — uma série de selos e postais que retratarão os monumentos brasileiros elevados à categoria de Patrimônio Cultural da Humanidade.

A iniciativa é fruto de solicitação da UNESCO ao Bureau Internacional da União Postal Universal, e os selos brasileiros, que trarão Ouro Preto, Olinda e São Miguel das Missões, desenhados por Jorge Eduardo Alves de Souza, serão reunidos aos de outros países em álbum que apresentará, em vários idiomas, a descrição de cada monumento ou sítio protegido pela Convenção do Patrimônio Mundial.

O lucro obtido com a venda dos álbuns será revertido para o Programa de Salvaguarda do Patrimônio Cultural.



"Adote um Monumento" no Maranhão

A exemplo do que vem sendo realizado pela 7.ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória, em Minas Gerais, a 2.ª DR deflagrou, em finais de 1984, no Maranhão, a campanha "Adote Um Monumento", que visa obter o apoio da iniciativa privada para a restauração de bens públicos do Estado (SPHAN n.º 31, pág.).

A campanha já obteve o apoio da Prefeitura Municipal de São Luís, do Projeto Praia Grande e da Sociedade dos Amigos de São Luís e Alcântara; com ela a 2.ª DR pretende beneficiar, não só os bens localizados na área tombada pela SPHAN, mas todo o centro histórico de São Luís e a cidade de Alcântara.

Até agora, duas empresas já aderiram à campanha: a primeira, Indústrias Dalban Ltda., pretende promover a conservação do Outeiro da Cruz, e a segunda, Companhia Maranhense de Refrigerantes, zelará pela Praça Manoel Beckman.

Nos dois casos, as empresas comprometeram-se a arcar com o ônus proveniente da limpeza, pintura, vigilância e conservação dos bens, segundo a orientação técnica da SPHAN/próMemória e lhes será permitido afixar ao lado dos bens, uma placa informativa de sua participação.

Dando continuidade à campanha, a 2.ª DR brevemente assinará convênios com as empresas Camargo Corrêa e Oderbrecht.

Entorno de Porto Seguro (BA)

Por constituir importante pólo turístico, Porto Seguro tem, até agora, estado exposto aos efeitos crescentes da especulação imobiliária na região.

Visando definir métodos para a proteção efetiva de seu sítio histórico e possibilitar o desenvolvimento urbanístico adequado à área, a SPHAN/próMemória, a Universidade Federal da Bahia, o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia e a Prefeitura de Porto Seguro firmarão convênio através do qual serão delimitadas as áreas de proteção rigorosa do acervo histórico, arquitetônico, paisagístico e entornos do município.

Para a realização do projeto, a SPHAN/próMemória destinará Cr$ 18 milhões, aproximadamente, além do apoio técnico necessário aos estudos de caráter histórico, através de sua 5.ª Diretoria Regional e do Escritório Técnico de Porto Seguro.

O projeto conta, também, com o apoio operacional da Prefeitura e da Universidade que, através de seu Centro de Estudos de Arquitetura, levantará e examinará a documentação impressa, manuscrita, fotográfica e arquitetônica existente — inclusive a que será cedida pelo IPAC — promovendo o cadastramento dos dados que possibilitarão a delimitação preliminar das áreas de interesse, seguida da delimitação definitiva.

O prazo previsto para desenvolvimento dos trabalhos é de 120 dias e para a apresentação da proposta preliminar será realizado um seminário integrado local.

Janeiro/Fevereiro de 1985.

SPHAN 34

*pró*Memória

NOTICIÁRIO

MHN em tempo de revitalização

Uma nova perspectiva se abre para o Museu Histórico Nacional em 1985, quando a instituição passará por um completo processo de revitalização. Para isto, a Direção-geral da instituição solicitou apoio ao Programa Nacional de Museus e, desde dezembro de 1984, várias providências estão em andamento.

Inicialmente, está sendo feito um diagnóstico e, de modo preliminar, existe a idéia de se montar um grande circuito permanente que, em módulos, enfoque a formação histórica do Brasil. Alguns outros temas poderão ser objeto de exposições permanentes à parte, como por exemplo uma que registre a memória do próprio MHN. Exposições temporárias deverão revelar ao público, entre outros temas, os pertinentes a coleções que há muito encontram-se guardadas.

O diagnóstico também passa pelos aspectos físicos — telhados, parte elétrica, assoalhos etc. — com o objetivo de determinar quais áreas necessitam de obras. Maior museu do Brasil, com 23 mil metros quadrados, em três andares onde existem dezenas de salas, salões, áreas de serviço, circulação e pátios, o Museu Histórico Nacional necessita fechar o ciclo de obras que vem realizando há algum tempo para poder cumprir seu papel a nível nacional.

Todos os levantamentos e estudos vão constituir um plano diretor de ações para o MHN, que será executado num prazo mínimo de dois anos. Enquanto o plano é elaborado, ações emergenciais já estão em andamento, através de um grande mutirão para o qual estão sendo mobilizados todos os funcionários do Museu. Um exemplo são as obras que estão sendo feitas numa área de quase mil metros quadrados que, desde 1922, nunca foi modificada, e onde estão centenas de peças do acervo. Embora o Museu tenha inaugurado em abril de 1984 uma moderna Reserva Técnica (SPHAN n.º 29, pág. 41), outra de igual porte terá que ser montada para atender às necessidades de preservação do acervo usado em exposições temporárias.

A museóloga Solange Sampaio Godoy, Diretora-adjunta do MHN desde dezembro de 1984 e principal responsável pela revitalização, determinou o prazo de 4 de março para apresentação de todo o projeto, que conta com o apoio integral do Programa Nacional de Museus. Estima-se que este ano deverão ser investidos 1 bilhão de cruzeiros em obras e equipamentos.

Além dos integrantes da equipe do MHN, vários profissionais já foram mobilizados para cooperar no trabalho. Entre eles, o historiador Antonio Luis Porto de Albuquerque, responsável pela estruturação do roteiro que servirá de base para montagem do novo circuito de exposição. Do Museu da República (SPHAN n.º 33, págs. e) instituição que está passando por revitalização idêntica à que se pretende para o Museu Histórico Nacional — veio Luis Antonelli, arquiteto com participação em inúmeros projetos para museus. Cuidando da Seção de Exposições está Tereza Cristina Moletta Scheiner, museóloga e professora do curso de Museologia da UNI-RIO.

Mesmo com toda essa movimentação, o Museu Histórico Nacional não deverá fechar durante as obras. O atendimento ao público, através da biblioteca, arquivo histórico, cursos, estágios e vários outros serviços, continuará sendo feito e somente será interrompido em último caso.

Djanira na Sala Bernardelli

Esteve aberta, do dia 22 de janeiro a 24 de fevereiro, na Sala Bernardelli do Museu Nacional de Belas-Artes, no Rio de Janeiro, a exposição "Acervo Djanira", complementada, dois dias antes de seu encerramento, com o lançamento de um livro sobre as obras da pintora.

No espaço, recentemente restaurado e modernizado, foram exibidas vinte pinturas; 27 desenhos, dezessete gravuras e nove matrizes, das quais seis em cobre e três em madeira — obras selecionadas do acervo doado em julho de 1984 pelo viúvo de Djanira, José Shaw da Mota e Silva, ao MNBA (SPHAN n.º 31, pág. 24).

Valorizando a mostra foi lançado dia 22 de fevereiro, na mesma sala do Museu, o livro "Djanira no MNBA", de autoria de Mário Barata e Walmir Ayala e patrocinado pela Colorama, que enfoca com detalhes as doações de obras da artista já recebidas pela instituição.

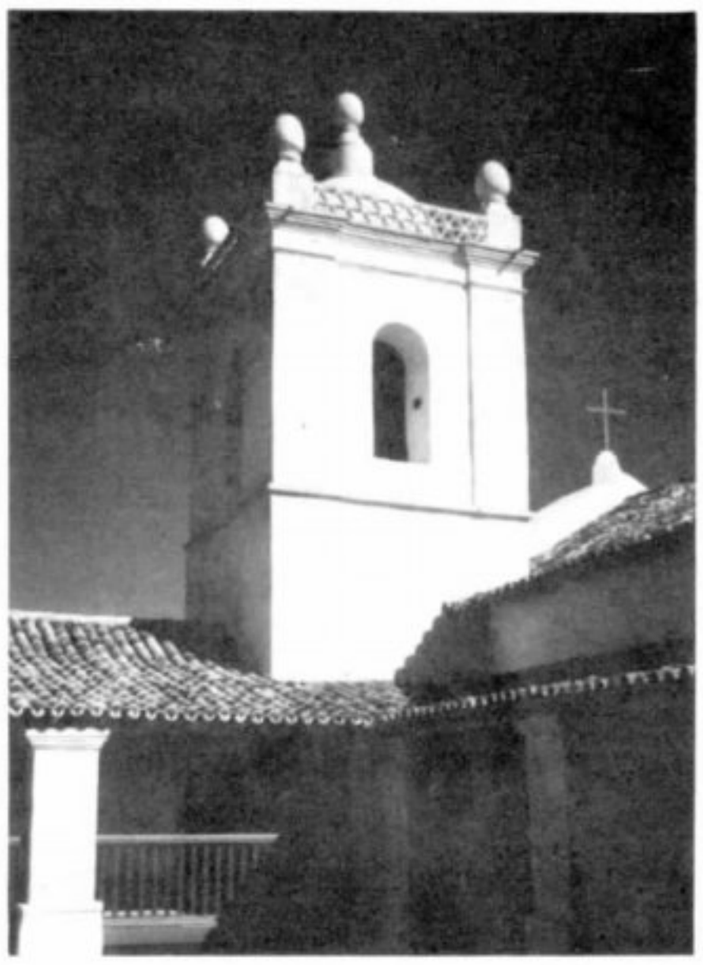


"Paisagem de Santa Tereza" (RJ).

CONVÊNIOS E CONTRATOS

A Fundação Nacional próMemória e a Universidade Federal do Espírito Santo assinaram um termo aditivo retificando o convênio firmado anteriormente entre as duas entidades, onde ficou acertada a restauração da Igreja dos Reis Magos, localizada no município de Serra (ES), e também a transformação da residência anexa em Museu Regional dos Reis Magos.

Segundo o termo aditivo, as obras de restauração naquele monumento serão executadas por administração direta da UFES, através do seu Escritório Técnico-Administrativo — ETA (SPHAN n.º 28, págs. 30 e 31).



Torre da Igreja dos Reis Magos, em Nova Almeida, Serra (ES).

A Fundação Nacional próMemória liberou recursos para os seguintes convênios e contratos, assinados:

1 Com a Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi, tendo como objetivo desenvolver projetos e atividades envolvendo os setores educacional, científico e cultural, e também manter a publicação da Revista Pestalozzi e de outras publicações.

2 Com a Fundação Joaquim Nabuco (PE) — FUNDAJ, visando a alocação de recursos financeiros destinados à aquisição de uma balança romana, confeccionada em ferro fundido, para aferição de açúcar. A peça foi fabricada em Lisboa no ano de 1868, e pertenceu ao comissário do açúcar no Recife, Francisco Ribeiro Pinto Guimarães.

3 Com a Fundação Nacional Barriga Verde (SC), tendo como propósito a publicação do livro *Beta*. O convênio foi firmado a pedido da Academia Orleanense de Letras de Santa Catarina.

4 Com a Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, objetivando atender despesas com a divulgação de grupos folclóricos, a fim de estimular a comunidade a prestigiar a música regional.

5 Com o Instituto Brasileiro de Filosofia, tendo como propósito a publicação da "Revista Brasileira de Filosofia".

6 Com a Prefeitura Municipal de Orleans (SC), visando alocar recursos financeiros para a realização das comemorações do centenário da cidade.

7 Com a Empresa de Urbanização do Recife — URB, para a continuação da restauração da Faculdade de Direito, em Recife (PE).

8 Com a Companhia Maranhense de Refrigerantes S/A e a Prefeitura Municipal de São Luis (MA), visando manter conservado o monumento público denominado Praça Manoel Beckman, localizado naquela cidade.

9 Com a Fundação de Artes do Estado do Rio de Janeiro (FUNARJ), objetivando estabelecer condições de cooperação técnica e financeira para a implementação de projetos e obras de restauração da Fazenda do Colubandê, localizada em São Gonçalo (RJ). As obras abrangerão a sede da Fazenda, a Capela de Sant'Ana e as áreas externas.

10 Com a Prefeitura Municipal de São Luis (MA) e a Empresa Indústrias Dalban LTDA., tendo como propósito a preservação do monumento denominado Outeiro da Cruz, situado naquela cidade.

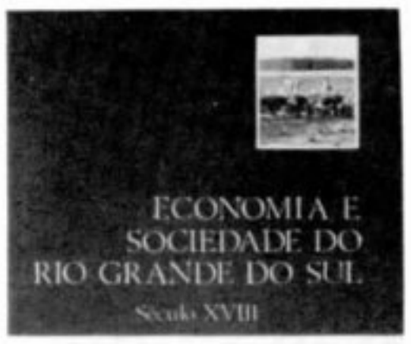
11 Com a União Brasileira de Escritores — UBE/SP, visando alocar recursos financeiros para a realização do Seminário Internacional de Legislação Comparada na Área de Cultura.

12 Com o Instituto Nacional de Artes Cênicas — INACEN — com o propósito de alocar recursos financeiros destinados a atender despesas pertinentes à realização do III Seminário Nacional de Artes Cênicas.

Livros/Lançamentos



















Os livros lançados no bimestre janeiro/fevereiro pelas instituições que compõem a Secretaria da Cultura do Ministério da Educação e Cultura são os seguintes:

10 CONTOS ESCOLHIDOS
Julieta de Godoy Ladeira
próMemória/INL/Ed. Horizonte 4.800,

10 CONTOS ESCOLHIDOS
Hélio Pólvora
próMemória/INL/Ed. Horizonte 3.300,

O LIVRO DE ARTE BRASILEIRO II
Catarina Helena Knychala
próMemória/INL/Ed. Presença 3.400,

10 CONTOS ESCOLHIDOS
Leonardo Arroyo
próMemória/INL/Ed. Horizonte 3.300,

D. JOÃO DE JAQUETA
Horácio Nunes
próMemória/INL/Ed. Movimento 2.350,

MISCELÂNEA DE ESTUDOS
(diversos autores)
próMemória/INL/Ed. Pallas *8.000,*

ECONOMIA E SOCIEDADE NO RIO GRANDE DO SUL — Século XVIII
Corcino Medeiros dos Santos
próMemória/INL/Ed. Nacional, Coleção Brasiliana, vol. 379 3.900,

SONETOS DA VERDADE
Miguel Reale
próMemória/INL/Ed. Nova Fronteira 4.000,

FARDADOS DE AZUL
Virgílio Moretzon Moreira da Costa
PróMemória/INL/Ed. Nova Fronteira 3.875,

FILMAR PARA AMPLIAR 16/35mm — Recomendações e Técnicas
Embrafilme Grátis

CURTA BRASIL-Produções de Curta e Média metragem (1983-1984)
Embrafilme Grátis

CINE JORNAL N.º 5-Legislação do Cinema Brasileiro (1981-1983)
Embrafilme Grátis

RÁDIO NACIONAL-O Brasil em Sintonia
Luiz Carlos Saroldi e Sonia Virginia Moreira
Funarte 8.800,

NÁSSARA-Desenhista
Cássio Loredano
Funarte 20.000,

POSTOS DE VENDA:

● Instituto Nacional do Livro — INL
— Rua da Imprensa, 16/1511 — Centro — Rio de Janeiro-RJ — CEP. 20.030
— Rua Apa, 83 — Campos Elísios — São Paulo-SP — CEP. 01.201
— SCLN, Quadra 704/705, Bloco C/40 — Brasília-DF — CEP. 70.710

● Empresa Brasileira de Filmes — Embrafilme
— Rua Mayrink Veiga, 28 — Centro — Rio de Janeiro-RJ — CEP. 20.090

● Fundação Nacional de Arte — Funarte
— Rua México, 101 — Centro — Rio de Janeiro-RJ — CEP. 20.030
— Alameda Nothman, 58 — Campos Elísios — São Paulo-SP — CEP. 01.201

Cartas

"Lendo o suplemento SPHAN 30, chamou-me atenção a redação que trata da restauração de um grande painel de Cícero Dias intitulado "Eu vi o Mundo, ele começava no Recife".
"Gostaria que V. Sas. me informassem o endereço da Professora Norma Carreira Peregrini, responsável pela restauração do referido painel.
"Como trabalho na Pinacoteca APLUB de Arte-Riograndense, estou interessada em fazer curso de restauração cujo suporte seja o papel. Caso V. Sas. conheçam outros cursos desse gênero, apreciaria receber informações." — Sonia Wagener — Rio Grande do Sul.

N.R. Informamos que a Professora Norma Peregrini pode ser encontrada no *Museu Nacional de Belas-Artes — Seção de Restauração de Obras de Arte sobre Papel — à Av. Rio Branco, 199 — Centro — Rio de Janeiro — CEP. 20.040 — Tel. 240-0068. Os Cursos de restauração de papel solicitados por você estão disponíveis na Fundação Casa de Rui Barbosa — R. São Clemente, 134 — Botafogo (RJ) — CEP. 22.260 — Tel. 286-1297 — e no Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis — CECOR, da Escola de Belas-Artes da UFMG — Av. Antonio Carlos, 6627 — Pampulha, Belo Horizonte (MG) — CEP. 30.000 — 441-8077.*

"Tendo retornado de um Curso de Especialização em Urbanismo e Memória Urbana com duração de um ano na Alemanha, resolvi colocar em ordem meus arquivos e literaturas sobre Patrimônio Histórico.
"Desta excelente publicação da SPHAN, já recebi os seguintes números: 16, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29 e 30. Assim ficam em falta: de 1 a 15 inclusive, de 17 a 20 inclusive e 27.
"Gostaria, se possível fosse, de receber estes números, pois tenho orientado parte de meus estudos nesta direção, e este material ser-me-ia muito útil. Por isso peço um pequeno esforço no intuito de me conseguirem estes números mais antigos também."
— Antonio Celso Lellis de Andrade — Brasília

N.R. Antonio Celso, agradecemos suas palavras dirigidas ao Boletim SHPAN/próMemória e comunicamos que suas solicitações serão imediatamente atendidas.

"Agradezio a ustedes el regular envio del excelente boletim que publican. Es muy importante para mi conecer todo lo que se hace en el hermoso Brasil.
"Ahora quisera consultarlos si a través o por medio de ustedes puedo receber las leges brasileras sobre el patrimonio y su conservación. Desde já, muchas gracias."
— Horacio Gnemmi — Cordoba — Argentina.

N.R. Nós, do Boletim SPHAN, agradecemos pela correspondência enviada e informamos que seu pedido será encaminhado à Assessoria Jurídica da SPHAN — Rua da Imprensa, 16/806, Tel. 220-0090 — Rio de Janeiro — sob a responsabilidade da Dra. Sônia Rabello.

"Tendo em vista a importância da publicação SPHAN, editada por essa Fundação, o Instituto de Artes e Cultura da Universidade Federal de Ouro Preto gostaria de recebê-la.
"Outrossim, solicitamos maiores informações sobre a Sociedade Brasileira de Estudos do Século XVIII, criada em julho de 84, conforme noticiário da publicação SPHAN 30, tais como escritório, estatuto ou linhas programáticas, direção.
— Maria Zélia Damásio Trindade — Diretora do IAC — Ouro Preto (MG).

N.R. Agradecemos o interesse pelo Boletim SPHAN e informamos que o pedido será atendido prontamente, com a remessa de todos os números publicados até o momento. A respeito da Sociedade Brasileira de Estudos do Século XVIII, solicitamos entrar em contato com o Sr. Leopoldo Collor Jobim — SCN — Quadra 2 — bloco K — CEP. 70.710 — Brasília-DF — que poderá prestar maiores esclarecimentos sobre a instituição.

EXPEDIENTE

Editado pela Fundação Nacional próMemória

EDITOR RESPONSÁVEL
Maria de Lourdes Castro Oliveira

CHEFE DA REDAÇÃO
Maria da Graça Nobre Mendes

REDAÇÃO
Marcus Vinicius De Lamonica Freire
Maria da Graça Nobre Mendes
Francisco Cereto (estagiário)
Laudessi Torquato (estagiário)
Lúcia Cristina de Oliveira (estagiária)
Rodney Dias Ribeiro (estagiário)
Stella Aponte Caymmi (estagiária)

COLABORADORES
Adelina Lapa Nava Rodrigues
José Leme Galvão Junior
Mauro Jorge Cunha Chaves
Roberto Medeiros

REVISÃO
Luciana Medeiros
Maria da Graça Nobre Mendes

PRODUÇÃO GRÁFICA
Aimojara Xavier
Gioietta Lana

Composição e Impressão
Editora Lidador Ltda.
Rua Hilário Ribeiro, 154
Tels.: 284-7594 e 284-7685